

As políticas sociais de combate ao trabalho infantil em Portugal 1880-2016

Daniela Traquete dos Reis

Orientador: Prof. Doutor Pedro Veiga Vaz da Silva Goulart

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
Em Política Social

Lisboa
2019

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT

Agradecimentos

Estes três anos de Mestrado foram o reflexo de um período de crescimento. Foram três anos de mudanças em termos pessoais e profissionais. Durante este tempo, principalmente no início da definição da Tese, foi uma altura de dúvidas e frustrações, que penso terem culminado de uma forma positiva com esta tese terminada na área que escolhi e pela qual sempre terei um carinho especial.

Agradeço por isso ao Professor Doutor Pedro Veiga Vaz da Silva Goulart que, com toda a calma e experiência acalmou as minhas dúvidas e ânsias, sempre prestável e sempre presente, acho que não lhe facilitei o trabalho, e por isso obrigada!

Obrigada ao projeto internacional no qual se insere a presente tese sobre as perceções e políticas públicas do trabalho infantil nas colónias portuguesas.

À Professora Rosária Ramos que conheci na licenciatura em Serviço Social e voltei a encontrar no Mestrado, a grande impulsionadora da escolha do tema.

Um obrigado à Dra. Joaquina Cadete pela disponibilidade e simpatia na colaboração.

Agradeço há minha família em especial ao meu avô que garantiu a realização deste ciclo de estudos com sucesso, garantindo sempre que nada faltasse. Aos meus pais, aos meus avós, ao meu padrinho e ao meu afilhado um obrigado pelo apoio, pela compreensão, pelo esforço e pela ajuda, meus exemplos de força e de raça meus motivos de orgulho por vos pertencer.

Agradeço também aos meus amigos de todas as horas que se preocuparam sempre saber como estava e por me ajudarem a lidar com a frustração e por torcerem tanto ou mais que eu que este caminho terminasse da melhor maneira.

Agradeço aos Leões de Portugal, na pessoa da Diretora Técnica Mónica Pereira, pela flexibilidade de horários nesta reta final e por acreditar em mim. Às minhas colegas e utentes pela ajuda que me deram.

Esta tese é dedicada há minha avó, uma estrela desde 2016. Obrigada por tudo minha Madalena, tenho saudades tuas.

Resumo

O século XX foi determinante na implementação de medidas de combate ao trabalho infantil nas agendas políticas mundiais e nacionais. A partir dos debates orientadores e das medidas implementadas a nível internacional, muitos países tomaram as suas iniciativas ao ratificarem Convenções e implementarem programas e políticas de proteção á infância e de combate ao trabalho infantil. O estudo do caso Português permite estudar todo o processo, identificando medidas desde 1891 com a política de proteção ao trabalho de menores, culminando recentemente com o programa PETI e da implementação de medidas reguladoras do trabalho infantil em meios artísticos. É este percurso histórico das políticas que se irá descrever, contrastando estatísticas, medidas legislativas e a perceção de eficácia de informantes privilegiados e potenciais beneficiários.

Palavras-chave: Trabalho Infantil; Infância; Trabalho; Educação; Políticas Sociais;

Abstract

The twentieth century was instrumental in the implementation of measures to combat child labor on global and national political agendas. From the guiding debates and measures implemented at the international level, many countries have taken their initiatives by ratifying Conventions and implementing programs and policies to protect children and combat child labor. The study of the Portuguese case makes it possible to study the whole process, identifying measures since 1891 with the policy of protecting children's work, culminating recently with the PETI program and the implementation of measures regulating child labor in artistic media. It is this historical path of policies that will be described, contrasting statistics, legislative measures and the perception of effectiveness of privileged informants and potential beneficiaries.

Keywords: Child Labor; Childhood; Work; Education; Social politics;

Índice

Introdução	7
Capítulo I – Infância, Política Social e Trabalho Infantil	
1. A infância: Percepções e Mudanças Sociais	9
2. Do Problema Social à agenda da Política Social	13
3. Trabalho Infantil como Problema Social	16
Capítulo II – Governação Global para Erradicação do Trabalho Infantil	
1. A evolução Histórica do trabalho infantil	20
2. Trabalho Infantil em perspetiva comparada	22
3. Atores Internacionais e os obstáculos aplicação de medidas globais	28
Capítulo III – Governação local para erradicação do Trabalho Infantil: O Caso de Portugal	
1. Ser criança em Portugal	34
2. Medidas de Proteção à Infância em Portugal	37
3. A realidade do Trabalho Infantil em Portugal	38
Capítulo IV - Metodologia	
1. Caracterização do Estudo e definição de objetivos	41
2. Análise Documental e Legislação	42
3. Entrevistas	44
4. Triangulação da Informação	45
Capítulo V – Apresentação de Resultados	
1. Dados Estatísticos sobre o Trabalho Infantil	47
2. Legislação sobre o Trabalho Infantil	50
3. A visão dos atores	62
4. Triangulação da Informação	65
Conclusão	69
Bibliografia	71
Anexos	78

Índice de Figuras

Figura 1: Índice do Trabalho Infantil no Mundo em 2014	22
--	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1: O n.º de medidas aprovadas por divisão cronológica	66
---	----

Gráfico 3: As áreas de produção legislativa	67
---	----

Índice de Tabelas

Tabela 1: Dados estatísticos sobre o trabalho infantil	47
--	----

Tabela 1: Linha cronológica das medidas	52
---	----

Tabela 2: A relação entre a cronologia e as áreas das políticas face ao n.º de medidas de combate ao trabalho infantil em Portugal entre 1880 e 2016	68
--	----

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho

CDC – Convenção sobre os Direitos da Criança

CNASTI – Confederação Nacional de Ação sobre o Trabalho Infantil

CNPCJR – Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

CPLP – Comissão de Países de Língua Portuguesa

IAC – Instituto de Apoio à Criança

IGT – Inspeção Geral do Trabalho

IPEC – Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil

OCDE – Organismo de Cooperação para o Desenvolvimento Económico

ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

OTM – Organização Tutelar de Menores

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Introdução

As crianças no mundo enfrentam hoje fortes desafios. Em 2016 a UNICEF estimava que existam cerca de 150 milhões de crianças menores de 14 anos envolvidas em casos de trabalho infantil em todo o mundo. Este relatório faz ainda um balanço das questões fundamentais sobre o futuro da infância presentes nos Objetivos do Milénio até 2030. Se o aumento populacional continuar, no futuro, em todo o mundo, 167 milhões de crianças viverão na pobreza extrema, cerca de 16 milhões de crianças com menos de 5 anos irão morrer entre 2016 e 2030, 3,6 milhões irão morrer de causas evitáveis e estima-se a possibilidade de mais de 60 milhões de crianças em idade escolar estarem fora da escola, provavelmente ligadas a atividades de trabalho infantil (UNICEF, 2016).

Apesar dos desafios, o século XX foi um século de progresso. A nível internacional várias organizações lideraram o processo. O século XX assistiu à criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) No seio das Nações Unidas, a intervenção da UNICEF foi fulcral, culminando na implementação e ratificação da Convenção dos Direitos das Crianças (CDC). E o Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC). No futuro recente, a OCDE considera que o processo de globalização que poderá levar estes países a sofrerem um desenvolvimento tecnológico e um crescimento económico podem, no futuro, promover a eliminação do trabalho infantil, mas salienta a importância das opções políticas na regulação do trabalho infantil (Edmonds, 2003).

Portugal é um caso interessante porque enfrentou muitas mudanças na sua história recente que contribuíram para a melhoria das condições de vida de criança, nomeadamente a redução do trabalho infantil. Essa construção histórica das respostas legais que se encontram em vigor em Portugal, em geral, destacam a importância das condições de segurança e saúde relativamente à criança, garantindo a sua proteção. O problema do trabalho infantil é que adota contornos que levam à tendência de enfatizar o lugar que a criança tem na sociedade e que até aos 18 anos, perante a lei, deverá dedicar o seu tempo à escola e à sua vivência plena da infância e juventude. O culminar no papel do PETI destaca, mais uma vez, a relação que a problemática tem com os níveis de pobreza e a organização social dos países (PETI, 2008).

Percebendo as mudanças que se deram, sobre uma perspetiva sistémica, mas com a certeza de que é necessário compreender as medidas e quão profundas foram e o quanto contribuíram para a visão sobre as crianças e para a definição dos seus direitos e deveres atuais. É necessário avaliar o passado da infância para perceber o presente dos problemas das crianças e jovens e prevenir o futuro das gerações vindouras.

O presente trabalho de investigação é uma Dissertação de Mestrado em Política Social do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. O estudo foca-se na evolução das políticas de combate ao trabalho infantil em Portugal. Adotando uma perspetiva histórica sobre as políticas sociais relativamente ao trabalho infantil, percebendo o seu percurso e impacto relativamente a esta questão, deste modo a pergunta de partida que orienta o presente trabalho é **«Qual a perceção da eficácia das políticas de combate ao trabalho infantil em Portugal de 1880 a 2016»**. Assim, este estudo pretende através da análise legislativa, documental e de entrevistas a informantes privilegiados e potenciais beneficiários contribuir para uma análise das políticas que traçaram o rumo da diminuição do trabalho infantil em Portugal de 1880 a 2016.

Refira-se que se parte para esta investigação com uma posição humanista de defesa dos direitos das criança como os conhecemos hoje, assumindo a premissa dita por Karl Mannheim *«o que fazemos hoje com as crianças é o que elas farão no futuro com a sociedade»*. Tal como refere a UNICEF no prefácio do relatório sobre a infância de 2016 *«uma criança privada de proteção – em relação a conflitos, violência ou abuso, exploração e discriminação, trabalho infantil, casamentos ou gravidez precoces – pode ficar marcada psicológica e emocionalmente para sempre, com profundas consequências»*. Esta minha preocupação foi aprofundada considerando a experiência prática na área das crianças e jovens em risco durante a licenciatura (UNICEF, 2016).

Capítulo I

Infância, Política Social e Trabalho Infantil

1. Infância: Percepções e Mudanças Globais

O conceito de criança tal como o de infância são conceitos vagos, uma vez que não existe uma forma única de ser criança nem de viver a infância, são conceitos que acompanham as mudanças sociais do mundo atual e que por essa razão, variam no tempo e no espaço.

Para o presente trabalho, o conceito utilizado para definir criança é o delimitado pela Convenção Sobre os Direitos das Crianças (CDC) que diz no seu artigo 1.º que se considera criança todo o cidadão menor de 18 anos, a este grupo etário o Estado tem a obrigação de garantir o seu bem-estar e correto desenvolvimento a nível de saúde, educação e segurança, promovendo medidas com vista ao superior interesse da criança (Artigo 1.º, Convenção Sobre os Direitos das Crianças, 1989).

A ideia de criança em risco ou perigo e a necessidade de resposta ao problema da prestação de cuidados adequados à infância surge no final do século XIX na Europa, aquando da revolução industrial notou-se uma alteração social e política sobre a percepção de criança, vendo-a como vulnerável perante determinadas situações, a estas o Estado deverá garantir a satisfação das suas necessidades de segurança, saúde e educação (Piedade, 2001).

É também com a Revolução Industrial que surge o problema do Trabalho e Exploração Infantil. O final da I Guerra Mundial leva a que seja aprovada a Carta de União Internacional de Proteção à Infância pela Sociedade das Nações Unidas. Contudo no Pós II Guerra Mundial surge a necessidade de ajustar as políticas criadas anteriormente e adequa-las às problemáticas vigentes e evoluções entretanto sofridas nas várias áreas da sociedade. Assim surge o Fundo Internacional de Socorro à Infância pela mão atenta da UNICEF, em 1947 (Piedade, 2001).

Partindo do contexto europeu para o de Portugal, foram nos anos que se sucederam à Revolução de Abril de 1974 que se registou o desenvolvimento político, científico,

cultural e social que impôs a ratificação dos tratados Europeus e a atuação segundo as regras descritas nos mesmos nas matérias relativas à infância (Piedade, 2001). Assim foi na década de 1980 que se começou a utilizar o termos de crianças em risco, defendido pelos académicos da altura (Amaro, 1986).

Importa dizer que a estratégia de intervenção que rege qualquer atuação na área da infância, principalmente em situações de emergência, é primeiramente preventiva atuando sobre o risco e evitando o perigo. As principais medidas de intervenção com crianças são portanto, segundo a lógica considerada na literatura seguida, as de facultar à família as ferramentas necessárias para estruturar a resolução do problema sem que seja necessário recorrer a tribunais (Piedade, 2001).

Ao longo do decorrer da História foram várias as teorias sobre o que é ser criança e o lugar que a mesma ocupa na sociedade. Estas questões foram tratadas sobre as mais diversas formas consoante a época em que se inseriam os estudos e as suas áreas. Não há uma forma única de ser criança, a infância não é vivida de forma igual por todas as crianças nem no tempo, nem no espaço, parece por isso mais correto falar de infâncias e não de infância, concluindo assim que este não é um conceito universal (Trevisan, 2010).

Autores como John Locke e Rousseau defendiam a perceção de deixar a criança ser criança com tudo o que essa etapa da vida implica, formando-as para vida adulta ao mesmo tempo que se respeita os tempos de vida, defendiam ainda um carácter decisivo da atenção e da intervenção dos adultos no processo de formação das crianças. O primeiro autor via as crianças como uma tábua rasa que é necessário cuidar, proteger e formar. O segundo autor defende que uma criança nasce boa e pura e que existe uma relação entre a criança e a natureza.

Para Marx a família era vista como a primeira forma de 'propriedade' da humanidade no entanto a elevada taxa de mortalidade infantil registada na época levava à sentimentalizarão e a passagem da criança pela família e pela sociedade era vista como insignificante. Desta forma, aquando do desenvolvimento do Capitalismo, uma das principais consequências tenha sido a exploração em massa do trabalho das crianças e das mulheres na classe operária (Karl Marx, Cit in Cunha, 2013).

Segundo Ariés caracteriza criança como alguém que ainda não fala porque não tem dentes. Os estudos feitos por este autor caracterizam o processo de evolução da infância em termos de representação social da mesma ao longo do tempo, em suma, o autor diz que na Idade Média a criança era tida como autónoma a partir do momento em que tinha condições para se cuidar sem apoio da família ou da ama, nesta altura a criança ingressava na sociedade dos adultos trabalhando, comendo e divertindo-se no meio deles. A criança crescia no exterior da família, não existindo por isso sentimento de infância, verificando-se indiferença em relação à criança e uma preocupação praticamente inexistente (Ariés, 1973).

No final do século XVI, na Burguesia, a criança era vista como brinquedo e a infância caracterizada, nos outros grupos sociais, como uma idade específica e vulnerável. Os moralistas desta época defendiam que as crianças não eram brinquedos e sim criaturas frágeis que era preciso preservar e disciplinar, associando percepções de fraqueza à inocência.

Ariés considera ainda que a 'juventude' é a idade privilegiada do século XVII, a infância foi preocupação do século XIX e a adolescência é foco de estudos durante o século XX. Assim a análise comparativa transcultural diz-nos que existem vários tipos de infância com diferentes características, segundo este autor, apenas no último século a infância adquiriu expressão social, indo além de um plano de enunciação dos princípios, mas também como um plano da prática social.

Postman caracterizava a infância atual como uma nova conceção que emergia após o fim da Idade Média em que as crianças eram 'pequenos adultos' passando assim a serem vistas como 'crianças' efetivamente adquirindo valor social e político (Postman, 1984). Ariès e Postman tinham em comum a percepção da evolução do conceito de criança e o destaque que a criança ganha nas famílias e nas políticas sociais segundo uma perspetiva de Priorização e Valorização dos seus direitos.

Para Marcel Mauss a infância é um processo de socialização que depende do meio em que é vivida, daí a ideia de que existem infâncias e não infância. Esta posição suporta toda a teoria da evolução do papel da criança, bem como o conceito escolhido para

aplicação ao longo do trabalho: não há uma forma universal de «ser criança» (Mauss, cit in Cunha, 2013).

É possível concluir que todos os autores defendem um conceito comum designado de Pluralidade de Infâncias, nesta conceção, segundo Qvortrup existem diversos aspetos em ter em consideração uma vez que *«a infância de uma criança francesa, paquistanesa, peruana ou japonesa não é igual, assim como a infância de uma menina não é a mesma que a de um menino, tampouco os filhos de executivos têm a mesma experiência de infância que os filhos de operários»*, segundo o autor poderá existir um padrão semelhante às crianças de um dado país ou continente, padrão esse determinado pelas estruturas económicas e políticas que regem essas zonas do globo. Qvortrup, tal como os autores supra referidos, afirma as mudanças registadas nas infâncias segundo uma perspetiva histórica da evolução das sociedades e as mudanças sociais registadas no tempo e no espaço (cit in Montandon, 1998 pp.47).

Segundo Anthony Giddens (2008), os modos de vida e as instituições sociais características da sociedade moderna são radicalmente diferentes do passado. É por este motivo difícil definir mudança social, pois, em determinado sentido tudo muda constantemente, não existindo um fator catalisador da mudança mas sim três fatores importantes que têm uma grande influência nas mudanças sociais: o primeiro é o meio ambiente que exerce muitas influências no desenvolvimento da organização social e humana; o segundo é a organização política, ou seja, a existência de agências políticas próprias, afeta fortemente o rumo que determinada sociedade toma; o terceiro fator é a cultura, por exemplo o autor defende que uma influência cultural marcante nas mudanças sociais é a comunicação e o desenvolvimento dos *Mass Media*.

António Barreto diz que, nas últimas décadas, as macrotendências fulcrais a evidenciar são: a nível global onde se passou de uma sociedade industrializada para uma sociedade da informação; a nível económico foi necessária uma adaptação considerando as crises registadas e as oportunidades que delas surgiram; a nível da ciência houve igualmente uma evolução; a nível dos processos sociais é importante destacar a emancipação feminina nas mais diversas áreas de formação e emprego; a nível político destaca-se as alterações dos sistemas de poder e a nível do estilo de vida

houve uma alteração, ainda constante, das formas de viver da população (Barreto, 2002).

Sobre a infância, Ariès diz que apenas no século XIX é que se deixou de pensar a criança como pequenos adultos e se começou a ter em consideração as suas especificidades e necessidades, conhecimento este que foi igualmente sendo aprofundado ao longo do tempo. Assim apenas nos últimos 150 anos é que a infância adquiriu de facto, expressão social, não só no plano da enunciação e dos princípios, como na prática social generalizada e sobretudo na agenda política.

A infância moderna é então, diretamente afetada pelas mudanças sociais, estando em transição e arrastando consigo as novas representações e imagens que a sociedade projeta no grupo etário mais jovem. Inicialmente as crianças provocavam nos adultos um sentimento de carinho e afeto, atualmente são sujeitos jurídicos, com leis bem definidas e que levam a que toda a sociedade seja responsável pela prática desses direitos, atualmente o papel da criança na lei está claramente definido.

No entanto as diferenças culturais e em particular as desigualdades sociais não permitem que as novas perspetivas de criança sejam implementadas de forma uniforme e infalível. Além da demografia portuguesa existirem menos crianças, registaram-se evoluções no que diz respeito à taxa de mortalidade infantil e à exploração do trabalho infantil (Sarmiento, 2008).

2. De Problema Social à Agenda da Política Social

As mudanças sociais têm impacto direto na forma como as sociedades vêem as mais diversas situações, conseqüentemente as visões sobre os acontecimentos que ocorrem na sociedade também se alteram fazendo emergir novos problemas sociais e respetivos mecanismos de resposta (Carmo, 2001).

Silva sustenta a ideia de que um problema social é um fenómeno das sociedades contemporâneas e, por norma, mais desenvolvidas no que respeita a sistemas políticos, de educação e sociais. Para esta autora, um problema social implica que existe um grande número de situações idênticas relacionadas com a realidade social que tendem a ser vistos como problema passível de ser solucionado (Silva, 2013 p.5).

A definição de Problema Social que consta no dicionário de Ciências Sociais publicado pela UNESCO no decorrer dos anos 50 é uma realidade que afeta um numero considerado de pessoas, julgado pelos atores como sendo uma realidade difícil mas que é possível de ser alterada e/ou melhorada. Segundo o professor Hermano Carmo, em 1995 Rubington e Weinberg consideram que um problema social é uma situação que não se coaduna com os valores defendidos pela sociedade e que a mesma concorda com uma atuação política sobre essa situação para que possa ser alterada (Carmo, 2011 p. 100).

Considerando estas duas abordagens, Silva (2013) refletia sobre os elementos que compõem a definição de problema social, ou seja, segundo esta autora o ponto fulcral do Problema Social está na questão da insatisfação generalizada sobre aspeto x ou y da realidade social. Este sentimento de insatisfação é composto por dois elementos distintos que são: a situação concreta (objetiva) e a visão social (subjativa) sobre a situação, que só se transforma em problema passível de resolução consoante o juízo de valor feito pela sociedade que depende sempre de posições históricas, ideológicas, políticas, culturais e/ou religiosas.

Para Carmo (2011), problema social define-se de forma «relativamente consensual» e consiste numa determinada situação que envolve um número abrangente de pessoas que, ou sofrem com a realidade ou que avaliam essa mesma realidade julgada como problema e a partir desse momento surge a consciência social de que é necessário alterar a situação (Carmo, 2001 p.100).

No sentido mais lato considera-se que o Estado entra em todas as esferas da vida dos seus cidadãos, desde a privada à pública. Abrangendo as famílias e crianças que também elas têm responsabilidades na formulação das respetivas políticas públicas, sendo que a sua perceção das mesmas se foca nas questões de dignidade humana, liberdade pessoal, nas competências das famílias e na adequação política aos novos tempos, conceitos e papeis (Barata, 2010 p.243).

Primeiramente à definição de Estado Social está também associado o conceito de Estado-providência e de Welfare State. Por Estado Social entende-se o Estado que promove os direitos civis, sociais e políticos dos seus cidadãos através de leis e, por

consequência, intermedio de medidas políticas tomadas por um conjunto de instituições que visam a valorização da dignidade constitucional (Silva, 2013). Sinteticamente o Estado Social pretende satisfazer as necessidades das pessoas de acordo com normas e padrões considerados, pela maioria, como os corretos (Pereirinha, 2008).

Considera-se que a percepção de Estado Social e a atribuição dos Direitos Sociais, que o mesmo defende desde a sua génese, depende em muito da história do país que o adota e a sua evolução interliga-se com orientações políticas e com a modernização das sociedades (Silva, 2013). Nos dias de hoje, nos países Ocidentais, o Estado Social assume níveis e mobilidades de intervenções distintas, isto devido às concepções políticas e sociais de cada país, tal como supra referido, são estes valores e modelos que determinam a atuação dos atores políticos e o rumo do Estado Social (Pereirinha, 2008).

Importa refletir agora sobre a definição de Política Social como uma área das políticas públicas que tem como objetivo a aplicação das orientações económicas e sociais do Estado e que ao mesmo tempo promove a coesão social e a melhoria da qualidade de vida (Carmo, 2011 p.40). Assim, a política social trata-se de um conceito complexo, de natureza normativa e, como tal, suscetível de diferentes entendimentos, por diferentes pessoas na sociedade. Neste sentido duas políticas sociais bem distintas podem, ambas, prosseguir a mesma finalidade de promover e garantir o bem-estar da sociedade. A diferença entre essas políticas radica na diferente concepção de bem-estar entre os atores destas duas políticas (Pereirinha, 2008).

As Políticas Sociais têm como objetivo a criação de soluções para os problemas observados nas sociedades às quais se destinam. Estas medidas são então concebidas pelas representações sociais e práticas efetivas da sociedade civil. Salienta-se ainda que a nível macro as Políticas Sociais devem ir ao encontro dos ideais de defesa dos Direitos Humanos e de promoção do desenvolvimento (Esgaio in Carmo, 2011 p.159). Assim a política social é uma forma de ação das políticas públicas que tem o objetivo de promover e garantir o bem-estar da sociedade e criar as condições necessária à sua realização (Pereirinha, 2008 p.21).

As políticas sociais agem sobre a realidade social através de vários instrumentos de atuação que pretendam atingir uma meta de redistribuição de recursos, de gestão de riscos sociais e de promover a inclusão social. Um dos exemplos destes problemas sociais é o trabalho infantil.

3. O trabalho Infantil como problema social

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) caracteriza o trabalho infantil como uma ação que integra todas as tarefas laborais desempenhadas por crianças com idade inferior ao estabelecido nos padrões determinados pela entidade reguladora em questão.

A OIT define ainda trabalho infantil aceitável que engloba o *«trabalho leve que não prejudica a saúde da criança, nem o seu desenvolvimento, e que não prejudique a educação da criança»*, por outro lado existem formas de trabalho infantil consideradas abusivas, exploradoras e perigosas. Estas atividades inserem-se no que a OIT define como piores formas de trabalho infantil, cuja definição é *«todas as formas de escravidão ou práticas semelhantes, como o tráfico e venda de crianças, uso de crianças como modo de pagamento de dívidas, trabalho forçado ou obrigatório, incluindo recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para conflitos armados»* esta caracterização também inclui a prostituição infantil, atividades ilegais ou outras atividades que *«afetem a saúde, segurança e valores morais da criança»* (OIT, 1973).

O trabalho infantil é um fenómeno que assume diferentes facetas consoante o contexto em que está inserido (Monteiro, 2003), é também um fenómeno complexo, por norma, associado a padrões de económicos, culturais e tendências comportamentais. E, tal como descrito anteriormente, um fenómeno que assume diferentes níveis de gravidade (PETI, 2008).

Devido à complexidade do fenómeno, existem várias definições condicionadas pelas perspetivas sociológicas, jurídicas e económicas. Segundo a perspetiva sociológica o trabalho infantil é todo o trabalho desempenhado por crianças com idade inferior a 16 anos e/ou sem escolaridade obrigatória concluída, ainda que em situações de trabalho domiciliário ou familiar, ou em atividades fora dos locais «tradicionais» de trabalho (empresa ou fábrica) e que de forma regular, continuem para a subsistência do

agregado familiar, desde que comprometa o normal desenvolvimento da criança, considerando este plano da saúde, formação moral e de educação da criança. Segundo a perspetiva económica do trabalho infantil é qualquer atividade produtiva desenvolvida por uma criança fora do sistema educativo. Segundo a perspetiva jurídica trabalho infantil é uma relação laboral ilícita, normalmente assalariada, e na qual o trabalhador tem idade inferior a 16 anos (Machado, 2004).

No entanto segundo o *Relatório de Atividade* do PETI em 2008 salienta a necessidade de aliar ao conceito de trabalho infantil, definido anteriormente, 5 tipologias diferentes que refletem as variantes existente sobre um fenómeno complexo. Assim completa-se a definição do conceito de Trabalho infantil diferenciando:

1. Trabalho doméstico – trabalho realizado por menores no interior das relações familiares;
2. Trabalho domiciliário – trabalho realizado por menores por conta de outrem em contexto doméstico;
3. Trabalho autónomo – trabalho praticado por menores dependendo de si próprio e não de outrem;
4. Trabalho desportivo/competição – trabalho realizado por menores no desporto de alta competição;
5. Trabalho artístico – trabalho realizado por menores em espetáculos, publicidade, modelos ou manequins e/ou outras atividades.

Considera-se que o problema do Trabalho Infantil se insere no role de problemas sociais, descritos acima, no entanto insere-se também no grupo de problemas políticos, porque exige ao Estado a criação de leis e programas para a sua resolução, e nos problemas económicos porque, para além de evidenciar cenários de pobreza extrema, impõe limites ao potencial desenvolvimento do país nesta área (Kassouf, 2005).

Para definição e análise do fenómeno do trabalho infantil ao longo do tempo nas várias partes do globo, existem três fatores determinantes relacionados com o Trabalho Infantil, são estes fatores a economia do país, a tecnologia e a sua evolução, e a educação: o fator económico não engloba só o geral do país, que quanto maior o

nível de desenvolvimento mais tendência tem para serem os próprios empresários e negar a contratação de crianças, mas também do rendimento familiar, existe uma tendência para que as famílias muito pobres utilizarem todos os meios que têm para aumentar o rendimento do agregado; relativamente aos aspetos tecnológicos a considerar o autor defende que estes se ligam não só às questões da evolução da maquinaria e da indústria mas também ao nível da gestão, isto é, quanto maior o avanço tecnológico maior nível de qualificação se exige aos trabalhadores e pede-se, por norma, uma outra organização. Neste sentido surge a importância da educação e a escolaridade obrigatória; a perspetiva cultural, segundo este autor, é importante considerando a perspetiva que usando uma determinada sociedade que ache «normal» o trabalho infantil, o fenómeno vai continuar a acontecer sem controlo, sem regulação e sem perceção da verdadeira dimensão do problema (Goulart, 2011).

É importante considerar igualmente o sistema laboral de oferta de mão-de-obra infantil (por questões de pobreza familiar e procura por parte das empresas e indústrias pelo baixo custo da mão-de-obra), esta realidade permite a resistência de médias empresas ao processo de globalização uma vez que reduz os custos de produção tornando-se assim mais competitivas no mercado. Este facto salienta a lacuna legislativa e dificuldade de implementação da prevenção e erradicação da subcontratação do trabalho domiciliário (Eaton & Goulart, 2009).

O Trabalho Infantil, sendo um problema secular ligado à história e evolução política e cultural de cada país, relaciona-se, na maioria dos casos, com a necessidade de sobrevivência económica da família, assumindo assim a pobreza como fator determinante. Um outro aspeto a ter em consideração é, muitas vezes, a questão relacionada com a educação através da insuficiência de escolas e/ou lacunas nos sistemas de educação. A esta necessidade pode aliar-se outro fator relacionado com os costumes aceites e partilhados por uma sociedade que, na sua medida, constituem a tradição (Macedo, 2011).

O Trabalho Infantil rouba elementos fundamentais às crianças pelas mais diversas razões, tendo impacto direto no acesso à educação e à saúde, considerando os cenários de pobreza familiares e conceções culturais tanto sobre o que é ser criança como o que se refere à definição de trabalho infantil pesado e leve (Dourado, 2007).

A teoria de Autonomização do Trabalho de Karl Marx defendia que existia uma separação clara entre o trabalho e o indivíduo. Isto é, o trabalho não era o centro da vida da pessoa e não a definia enquanto ser humano. Foi a partir desta teoria que se começou a analisar o trabalho infantil como um problema social e não como norma social (Camilo, 2005 p.215).

É importante referir que a conceção de trabalho infantil e a forma como está representada nas leis efetivas de cada país depende das suas orientações políticas, do desenvolvimento económico, da sua cultura e das perceções sociais. É por isto, um fenómeno que assume diversas facetas consoante o contexto em que está inserido. Assim se poderá justificar a dificuldade de definição clara de trabalho infantil ao longo do tempo e nas várias áreas do globo.

Analisando o conceito de problema social de Carmo (2011) definido acima, o trabalho infantil ao longo da sua história, foi e é visto como algo que afete um número significativo de pessoas, que seja submetido à avaliação ou julgamento social como negativo sobre o sucedido e que em simultâneo suscite na consciência social a necessidade de mudança.

Apesar de «recente» na agenda política o Trabalho Infantil é um problema secular influenciado pelas várias perceções de criança ao longo da história mundial, tal como defendiam alguns autores sociológicos.

Capítulo II

Governança global para a erradicação do trabalho infantil

«A inclusão de uma determinada política ou lei não deve ser interpretada como uma confirmação do seu sucesso ou impacto.»

OIT, 2009

1. A evolução histórica do Trabalho Infantil

O trabalho infantil é uma problemática que existe desde os primórdios da humanidade, no entanto apenas recentemente foi designada como um problema social. Recuando no tempo, pressupõe-se, tal como agora, a pluralidade de infâncias dependendo das realidades que vivam e das classes de onde provenham (Silva, 2009).

Para exemplificar que o trabalho infantil é uma realidade ancestral na Antiguidade Clássica segunda a autora supra referida, as crianças não eram consideradas cidadãos mas sim «escravos» da entidade paterna. Na Grécia Antiga, a criança pertencia ao Estado sendo educada desde tenra idade, segundo a autora desde os 7 anos, para se tornarem guerreiros. Na Roma Antiga, tal como na Grécia, as crianças eram educadas para se tornarem soldados, sendo que, se fossem filhos de «servos» pertenciam aos «senhores» sendo obrigados a trabalhar para eles nas suas casas ou sendo como que «alugadas» a outros «senhores» como pagamento de dívidas. Na época Medieval surgiu a educação das crianças e jovens segundo o termos «aprendizes» dos Mestres-artesão em que aprendiam, desde cedo, um ofício para desempenharem como atividade laboral. O período Feudal foi marcado pelo trabalho agrícola, considerando que as crianças eram «filhas da terra» que tinham de a manter, tratar e produzir para pagar aos «senhores feudais» (Silva, 2009).

No entanto, o grande *boom* de trabalho infantil na Europa deu-se entre 1760 e 1840, época da revolução industrial, período que marcou o início do Capitalismo e do Liberalismo Clássico que se traduzia na falta de intervenção estatal nas empresas e indústrias privadas, permitindo que os «patrões» pudessem gerir as fábricas regendo-se pelas suas próprias leis (Silva, 2009).

Este foi um período considerado por alguns autores como o retrato real da exploração infantil na Europa. Nas primeiras indústrias implementadas na Inglaterra, França e Alemanha este um cenário comum nas fábricas. Durante esta época, um pouco por toda a Europa, registavam-se altos índices de pobreza, o trabalho infantil era um meio para garantir o sustento da criança e para as indústrias era um recurso de mão-de-obra barata e «ágil» a operar as máquinas.

Karl Marx defendia que o uso de mão-de-obra infantil na indústria era uma realidade que não iria mudar, considerando que no seu tempo assistia-se ao surgimento de novas formas de trabalho infantil fora das fábricas e uma precarização dessa realidade no sector industrial. Nesta altura começou também a falar-se sobre o tráfico de menores para prostituição e pornografia infantis, utilização de menores em guerras, trabalho rural e doméstico, entre outras realidade (cit in Cunha, 2013).

Esta realidade abrangia crianças desde os 4 anos de idade, que trabalhavam 14 horas seguidas em troca de alimentação e habitação, prejudicando assim a educação da criança, que com esta carga laboral não conseguiam conciliar. As crianças estavam expostas a condições de trabalho que colocavam em risco a sua vida e integridade física pelo perigo que era operar as máquinas industriais para além de que erros, brincadeiras ou conversas durante o período de trabalho eram comportamentos punidos severamente pelos patrões. Havia por isto, nesta época, uma Taxa de Mortalidade Infantil muito elevada, que segundo Marx em 1861, por ano, de 100.000 mil crianças 9.000 morriam devido a envenenamentos por químicos e mutilações ocorridas nas fábricas, para além das crianças que não morriam mas que ficavam com deficiências pulmonares e problemas de coluna (Silva, 2009).

Em 1802 foram tomadas, pela Inglaterra, as primeiras medidas de combate ao trabalho infantil no sector da indústria. Estas medidas pretendiam reduzir a carga horaria do trabalho realizado por crianças, proibir o trabalho noturno e proibir os castigos físicos. Logo depois deste exemplo seguiram-se países como França e Alemanha (Silva, 2009).

Após estes períodos, diferentes na medida em que no primeiro o trabalho infantil caracterizava-se por atividades agrícolas, no segundo por atividades no sector

artesanal e no último por atividades da indústria, o que revela também a evolução económica e tecnológica vivida na Europa no entanto a mudança de perceção social sobre infância e criança demorou a progredir (Silva, 2009).

Segundo dados das Nações Unidas publicados no Relatório da Situação da Infância, em 2017, existiam cerca de 168 milhões de crianças a desempenhar tarefas laborais que se enquadram, segundo esta organização, no trabalho infantil. Destas 168 milhões de crianças, mais de metade encontravam-se em situações de trabalho perigoso o que coloca em risco o seu correto desenvolvimento (UNICEF, 2017).

2. O trabalho Infantil em Perspetiva Comparada

O facto de vivermos num mundo cada vez mais globalizado e unido no conhecimento dos vários problemas sociais faz com que as assimetrias respeitantes às desigualdades sociais sejam vistas pelos países que acompanham o processo de globalização e desenvolvimento sobre uma perspetiva etnocêntrica e cujos fatores culturais do outro país são inalteráveis, sabendo, contudo, que a mudança é algo que se dá a cada momento como supra referido por Giddens (2008).

Assim, apesar da erradicação total do trabalho infantil ser um objetivo considerado utópico pelos académicos Ans Kolk e Rob Van Tudler (2002), nos seus estudos e no seguinte mapa percebemos a real dimensão à escala mundial do fenómeno no ano de 2014:

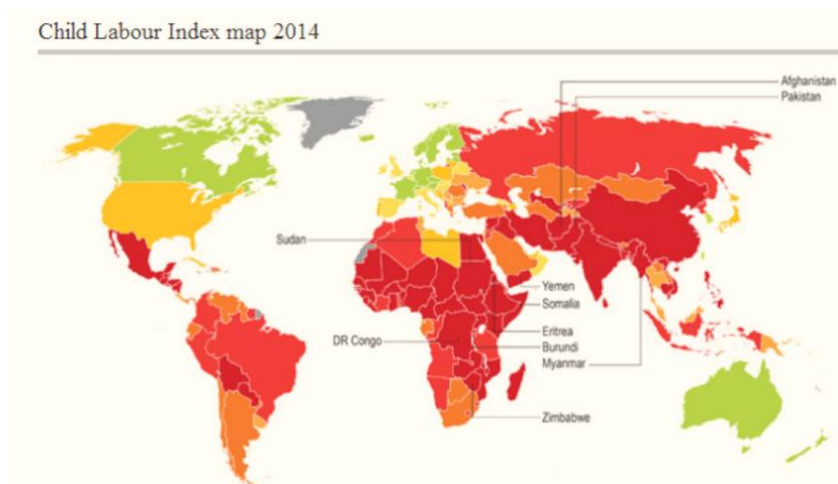


Figura 1 - Índice do trabalho infantil no Mundo em 2014, Maplecroft¹

Fonte: <http://nchsbands.info/2017/labour-index.html>

¹ Maplecroft é uma organização criada em 2001 por académicos no Este de Inglaterra que quantifica as questões consideradas como situações de risco nomeadamente: trabalho infantil; direitos civis e políticos; condições de trabalho. <https://www.maplecroft.com/>

O índice relativamente ao Trabalho Infantil disponibilizado pelo website Maplecroft conclui que dos 197 países, 83 estão classificados com uma probabilidade que definem de «risco extremo» em ocorrer a realidade abordada neste trabalho de investigação. No ano de 2014 os 10 países onde existia maior risco de trabalho infantil situavam-se predominantemente na África e no Sul da Ásia, incluindo o Afeganistão, Paquistão e Iêmen. Segundo a fonte que realizou o presente índice, o mesmo reflete situações de trabalho infantil consideradas «pesadas» pela OIT mas abrange, em simultâneo, as posições de tráfico, exploração laboral e sexual e situações em que as crianças são recrutadas como soldados para os grupos militares extremistas ou rebeldes no sentido de executarem tarefas de não-combatentes (Maplecroft.com).

Em termos de atuação política contra o trabalho infantil no mundo a primeira lei trabalhista foi aprovada durante a Revolução Industrial, época em que as questões dos direitos humanos relativamente às mulheres e crianças e às suas condições de trabalho começaram a ser debatidas (Corrêa, 2013).

Pegando nos exemplos de 4 países, faremos uma perspetiva comparada do percurso de cada um na erradicação do trabalho infantil:

1. Reino Unido na Europa

A realidade do trabalho infantil no Reino Unido, durante muito tempo focou-se no que a OIT considera como as piores formas de trabalho nomeadamente prostituição e utilização de crianças em conflitos armados (Goulart et al, 2010).

Sendo este o país de origem da revolução industrial e dos movimentos migratórios internos do interior para as grandes cidades, foi este também o berço dos problemas sociais que começaram a surgir na época nomeadamente: as questões de condições de trabalho de mulheres e crianças, os cenários de pobreza extrema, o desenvolvimento desorganizado das cidades e as faltas de condições habitacionais (Goulart et al, 2010).

Assim, até 2001 era estimado que cerca de 1500 mulheres e crianças fossem levadas, anualmente do leste de Europa, África e Ásia para o Reino Unido no sentido de se tornarem escravas sexuais. No mesmo ano e considerando que, no país em questão, até 1999 a idade mínima para o alistamento nas Forças Armadas eram os 16 anos com

autorização dos pais, em 2001 entre 6000 a 7000 crianças estavam nas forças armadas (Goulart et al, 2010).

Atualmente, após ratificação da Convenção n.º 182 da OIT, o Reino Unido diz que é apenas permitido o trabalho leve que não retire a criança do sistema educativo e que não coloque em risco a sua integridade e correto desenvolvimento físico e cognitivo, nestes casos, e em regime de tempo parcial, a idade mínima estabelecida é de 13 anos. A partir dos 16 anos as crianças podem trabalhar a tempo inteiro (Goulart et al, 2010).

Uma das questões que requer regulação específica é a atividade desenvolvida por crianças em Televisão, Teatro, Modelagem e atividades similares, esta regulação varia consoante as idades e os períodos escolares, por exemplo, uma criança entre os 13 e 14 em período escolar pode trabalhar no máximo 12 horas semanais em tempo de férias pode trabalhar 25 horas, entre os 15 e 16 pode chegar às 35 horas, isto incluindo fins-de-semana e feriados (Goulart et al, 2010).

É ainda de referir que o Reino Unido ratificou a Convenção sobre os Direitos da Crianças em Dezembro de 1991 (Goulart et al, 2010).

2. Brasil na América

Partindo da ideia de um Brasil tradicional e com uma economia ainda em desenvolvimento as principais áreas de trabalho infantil conhecido são a prostituição e agricultura (Goulart et al, 2010).

A luta contra o trabalho infantil neste país reflete progressos tímidos ao longo da sua história. A Constituição federal de 1988 começou a regular sobre as questões do trabalho infantil e a necessidade de desenvolvimento económico para redução das desigualdades. No documento designado de Consolidação das Leis do Trabalho considera menor as crianças que trabalham entre os 14 e os 18 anos. Em 1990 é implementado a lei de proteção de menores assegurando a estas os valores preconizados pela Convenção sobre os Direitos das Crianças (Goulart et al, 2010).

Em 2002 o Brasil ratificou a Convenção n.º 138, com este passo o Brasil decreta que o trabalho é ilegal para qualquer criança menor de 16 anos, salvo na condição de «aprendiz», para esta a idade mínima estabelecida é de 14 anos (Goulart et al, 2010).

Considerando o dito anteriormente sobre o tipo de economia tradicional existente no Brasil, as piores formas de trabalho infantil prendem-se com as atividades agrícolas e mineiras, bem como de exploração sexual, em que as crianças desempenhavam as suas tarefas em trabalhos «forçados» de jornada longa e em más condições de higiene e segurança. No entanto é de assinalar que entre 1992 e 2007 a taxa de trabalho infantil no Brasil diminui cerca de 50% passando de 8,2 milhões de casos conhecidos para 4,85 milhões (Goulart et al, 2010).

3. Timor-Leste na Ásia

A sua história enquanto colónia acabou muito recentemente. Para contextualizar Timor vê a sua independência conquistada, pela primeira vez, a 28 de Novembro de 1975 após uma guerra civil. Importa destacar que o cenário de trabalho infantil em Timor, segundo estes dados, revela uma predominância de casos que se inserem na definição de Trabalho Leve pela OIT. Sendo que a única forma de exploração de trabalho infantil pesado é a construção que tem uma pequena percentagem de casos. É de salientar que segundo este órgão de estado a maioria das crianças começaram a trabalhar com idade inferior a 12 anos (SEPFOPE, 2012).

Atualmente Timor tentar apostar em políticas de educação «cerca de 70% das crianças tentam conciliar o trabalho com a escola e a maioria admite que o trabalho atrapalha o desempenho escolar, sendo que apenas cerca de 30% dos que já abandonaram a escola desejam retornar aos estudos» (SEPFOPE, 2012). Estes dados revelam ainda que existem medidas a ser tomadas desde 2002 no combate á erradicação do trabalho infantil.

Timor-Leste ratificou documentos da OIT como a Convenção nº 182 que visa a interdição das piores formas de trabalho infantil, a convenção 29ª sobre trabalho forçado. Assinou ainda o protocolo adicional das Nações Unidas contra o tráfico de pessoas em especial de mulheres e crianças. E subscreveu o protocolo adicional das Nações Unidas relativo á participação de crianças em conflitos armados.

No entanto não ratificou a Convenção da OIT nº 138 que se refere ao estabelecimento de idade mínima para admissão a emprego. Por sugestão internacional das Nações Unidas e OIT, o Governo de Timor Leste pertente implementar um código da criança

composto por 89 artigos que visam a proteção dos direitos das mesmas que estão vigentes na Declaração dos Direitos Humanos e na Convenção sobre os Direitos da Criança.

Desta forma o Estado da república de Timor assume as responsabilidades legais da criança e a defesa e aplicação dos seus direitos quando a família não os consegue garantir ou não garante por incapacidade ou negligência. Em 2010 foi criada a Inspeção Geral do Trabalho (IGT) através do Decreto-Lei nº19/20120 de 1 de Dezembro. Este departamento de Estado tinha como função a fiscalização das normas legislativas relativamente ao trabalho nos locais e possuía ainda a função de controlo ou agente de monitorização, tal como descrito no seu artigo 5º. Assim a IGT tinha um papel de destaque na fiscalização, monitorização e implementação da lei no que refere às questões do trabalho infantil.

Neste âmbito foi então criada a lei do trabalho que legisla a idade mínima em 17 anos, no entanto a partir dos 15 anos a lei permite que a criança/jovem seja admitido em um role de trabalhos considerados leves, sendo que em alguns casos poderá ser admitida com 13 anos. Estabelece ainda a questão das 5 horas diária de trabalho ou 25 horas semanais, considerando a importância que o rendimento da criança terá para o agregado. Proibindo apenas a utilização e contratação de menores em atividades inseridas nas «piores formas de trabalho infantil».

Outra medida adotada que contribui para a luta de Timor contra o Trabalho Infantil foi a Lei de Bases da Educação em 2008. Com esta lei foi implementado que o ensino seria gratuito e obrigatório até ao 9º ano. No mesmo ano foi criado o programa Bolsa Mãe primeiramente com o intuito de ajudar mães viúvas e/ou solteiras a garantir o acesso á saúde e educação dos seus filhos, agora destina-se a reduzir a pobreza, a garantir acessos a cuidados de saúde primários e a promover a frequência do ensino básico.

Assim Timor-Leste tem adotado nos últimos anos uma panóplia de medidas que visem a erradicação do trabalho infantil, sendo sobre normas próprias do país, por sugestão internacional ou por ratificação de tratados e convenções. No entanto salvaguardasse de que o país poderá ainda não conseguir coordenar todas as iniciativas, e falta ainda

regular a questão da criança na agricultura. Estas são ainda algumas lacunas no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em Timor.

4. Moçambique na África

Moçambique à semelhança de Timor conquistou a sua liberdade tarde, e aquando dessa conquista, muitos dos profissionais técnicos qualificados abandonaram o país entre 1975 e 1979. Esta economia é predominantemente privada e tradicional. Ainda assim, Moçambique ratificou um conjunto de documentos que visavam a prevenção, proteção, promoção e defesa dos direitos das crianças (Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, 2016).

No entanto apesar da ratificação dos tratados, a população vê o trabalho infantil como a inserção da criança na vida adulta e não como um problema. Esta questão faz com que a mudança e aceitação e cumprimento das medidas seja mais lenta e necessária a um maior nível de formação de mentalidades, bem como de questões culturais. Assim prioriza-se a atuação para erradicar as piores formas de trabalho infantil (Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, 2016).

Num estudo publicado pelo INE em 2010 a realidade do trabalho infantil em Moçambique era de que cerca de 1.108.334 crianças estão em situação de trabalho infantil sendo que destas, cerca de 96% no sector da agricultura, pesca e caça. Destaca-se ainda que a maior predominância de casos conhecidos de trabalho infantil são na província (Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, 2016 p. 39).

O combate a esta realidade nas ex-colónias portuguesa prende-se essencialmente com a ratificação de vários documentos internacionais. Durante o período de tentativa de erradicação do trabalho infantil em Moçambique foram criadas escolas, projetos de estudo sobre a realidade para que o governo possa atuar sobre e a mesma tendo plano conhecimento dos fatores envolvidos, motivações e contornos do problema (Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, 2016).

Em 1977 o governo de Moçambique ratificou convenções sobre a inspeção e abolição do trabalho forçado. Em 2003 sobre a idade mínima. E a partir de 2000 a prioridade é

atuar, em termo legislativos, sobre questões relacionadas com a educação, saúde familiar, mulheres e crianças (OIT, 2012).

Recentemente o governo de Moçambique aderiu ao programa da OIT IPEC para a eliminação do trabalho infantil focando-se, como supra referido, na erradicação das piores formas (Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, 2016).

Assim e como referenciado anteriormente, a Organização Internacional do Trabalho estima que 127,5 milhões de crianças na Ásia e na linha sul do Pacífico mais tradicional se encontrem em situação de trabalho infantil. O problema desta área do globo prende-se com os níveis de desenvolvimento social e político e das diferentes perceções do conceito de criança e de trabalho infantil (Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, 2016).

3. O atores internacionais e os obstáculos à das medidas políticas globais

Considerando o que já foi dito, podemos concluir que sendo o Trabalho Infantil um problema social e que em pleno ano de 2016 vivemos num mundo globalizado onde o Estado Social pretende satisfazer as necessidades dos seus cidadãos é necessário ter em atenção a perspetiva de que Trabalho Infantil na sua dimensão política e cultural entre o mundo do Ocidente e do Oriente não é um problema social estanque. Ou seja, reforça-se a ideia de que o Trabalho Infantil é um problema que assume diferentes facetas consoante o contexto em que está inserido, é um fenómeno sem fronteiras que traz preocupações políticas e sociais a nível nacional e internacional, principalmente na questão dos Direitos Humanos e das Crianças.

As orientações políticas focam a sua atuação para a proibição do trabalho infantil. Esta ênfase dada à proibição do trabalho infantil prevê que tanto o governo como a sociedade dos países adotem medidas que melhorem os níveis de qualidade de vida e de educação, bem como as políticas sociais destinadas às crianças (Edmonds, 2003).

A OCDE, tal como a OIT, refere que a percentagem de crianças cujas leis sobre a regulação do trabalho infantil abrangem, é muito baixa. Esta percentagem restringe-se a setores específicos da economia dos países, como a produção em fábricas, não chegando aos setores primários, como a agricultura (Edmonds, 2003).

Esta organização refere ainda que o processo de globalização que poderá levar estes países a sofrerem um desenvolvimento tecnológico e um crescimento económico podendo, no futuro, promover a eliminação do trabalho infantil (Edmonds, 2003).

Considera-se também a questão da família como um fator de resistência tanto nesta suposta futura erradicação da problemática, como no retorno da criança aos bancos da escola. No entanto estes países sentem ainda uma grande dificuldade em tornar a escola primária obrigatória e universal devido aos custos económicos que essa medida custa ao Estado (Edmonds, 2003).

As questões culturais tem um peso importante nas orientações políticas de cada sociedade, uma que se prendem com aspetos aprendidos e partilhados pelos membros de uma determinada sociedade, tornando possível a comunicação e cooperação nessa mesma sociedade incorporando crenças, valores e normas seguidas nas orientações políticas vigentes nessa sociedade (Giddens, 2008, pp.22).

As questões culturais evidenciam-se quando se tenta fazer uma análise nos países da Ásia, mostrando tendências fortemente conservadoras no que respeita às questões de bem-estar social. Estas tendências mais tradicionais refletem-se no desenvolvimento económico do país, nos partidos políticos que chegam ao poder e nas relações económicas que os países estabelecem (Aspalter, 2006). O que influencia as questões da política social e a posição desses mesmos países face a problemáticas como o trabalho infantil.

Assim consideramos que as questões culturais determinam as políticas sociais na medida em que refletem os valores particulares do Estado, do mercado, dos profissionais e do bem-estar da família (Aspalter, 2006).

a. Organização Internacional do Trabalho

O trabalho infantil foi um fenómeno despido de regulação política até à criação da Organização Internacional do Trabalho em 1919 após a I Guerra Mundial. Após a criação e fracasso da Sociedade das Nações, a OIT manteve-se ativa ganhando um papel de destaque no que respeita à regulação dos problemas de trabalho existentes na época e na diversificação da sua ação.

A ideia de que seria necessário criar uma Instituição internacional que regulasse as questões ligadas ao Trabalho foi fundamental para a criação da OIT, sendo eles: as condições de trabalho nas fábricas levaram ao argumento de natureza humanitária, uma vez que, segundo esta organização existem, ainda, condições de trabalho desiguais e com grandes discrepâncias em termos de direitos do trabalhador; o segundo argumento é de natureza política considerando que a sociedade teria uma tendência para se revolucionar caso as condições de trabalho e a sua qualidade de vida não melhorasse, o sentimento de injustiça tem na sociedade, naturalmente, um efeito negativo; o terceiro argumento foca-se em questões económicas e reflete sobre os impactos económicos de uma reforma social que se não visar como objetivo principal um regime de trabalho digno constitui um obstáculo para que, em termos internacionais, outros países sigam essas normas por processo de imitação e/ou comparação. Talvez uma estratégia de «lead by exemple» seja a opção a tomar segundo a OIT (OIT, 1919).

Estes três argumentos base estão presentes no documento que decretou a criação da OIT e os seus focos iniciais de atuação ainda hoje estão vigentes devido a problemas causados pela globalização, estes ideais mantêm-se uma vez que se pensa que a base da paz internacional é a justiça social (OIT, 1919).

Com estas linhas de pensamento, a OIT agiu desde a sua criação sobre o Trabalho Infantil, problema que foi ganhando destaque após a Revolução Industrial e após conflitos armados e/ou catástrofes naturais uma vez que, para esta organização, quando temos perante nós uma situação de conflito ou catástrofe as crianças são o grupo populacional mais vulnerável, uma vez que não se conseguem defender sozinhas, é um cenário usual, nestas situações, as crianças separadas das famílias serem levadas e se tornarem vitimas do que já se descreveu serem as piores formas de trabalho infantil.

No dia 12 de Junho de 2017, para comemoração do Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, a OIT reforça a necessidade de uma ação coordenada que tem como objetivos: uma maior integração e tratamento precoce do trabalho infantil nas respostas humanitárias; enfoque nas causas fundamentais do trabalho infantil; defesa dos direitos humanos das crianças refugiadas e deslocadas; reforço dos esforços de

colaboração e pressão para a implementação de medidas do trabalho infantil; garantir o enfoque contínuo na promoção da agenda de trabalho digno para a prevenção do trabalho infantil durante os processos de reconstrução e recuperação.

Para alcançar o objetivos propostos a OIT indica como caminho a percorrer: a promoção da coordenação e colaboração entre os atores e programas nacionais, de desenvolvimento e humanitários; reforço do papel dos governos, das organizações de trabalhadores e de empregados, e das empresas privadas e públicas na luta contra o trabalho infantil em situações de conflito e catástrofes; desenvolvimento do emprego, dos meios de subsistência e da proteção social das famílias para evitar o trabalho infantil; reforço de parcerias e alianças mais amplas para o trabalho digno.

Desde a sua fundação que a OIT luta contra o trabalho infantil exigindo aos países signatários dos seus acordos, principalmente a Convenção n.º 182 sobre as piores formas de trabalho infantil e a n.º 138 sobre a idade mínima de admissão ao emprego, que cumprissem as normativas nelas descritas, a OIT exige que todos os países respeitem, cumpram e promovam os princípios presentes nestas convenções.

b. UNICEF

O «United Nations Children's Fund» ou a UNICEF é a mais importante organização promotora dos Direitos das Crianças, criada em 1946 com o intuito de apoiar as crianças vítimas da II Guerra Mundial. Atualmente a UNICEF está presente em cerca de 190 países através dos comités nacionais e escritórios regionais. Para a UNICEF o trabalho infantil é resultado da pobreza e vulnerabilidade infantil e tem como consequência a perda do acesso à educação e a exposição a situações de risco.

A experiência de vida das crianças torna-se cada vez mais urbana, sendo que a UNICEF declara que mais de 50% da população no mundo vive em médias ou grandes cidades. Uma vez que podem viver experiências opostas, ou beneficiam de todas as ofertas que o espaço urbano tem para lhes dar ou são coagidas a trabalhar em atividades que envolvem riscos e exploração, sendo ainda que algumas delas residem em habitações com poucas condições, em núcleos superlotados – característica dos grandes agregados residentes em espaços de habitação social (UNICEF, 2012).

Assim as dificuldades que as crianças residentes em espaços urbanos mais pobres temem a ser escondidas e a prolongarem-se no tempo. Assim a UNICEF considera que os esforços das políticas de habitação a nível global devem focar a melhoria da escala existente sobre pobreza e exclusão infantil, a identificação e eliminação de barreiras à inclusão, o desenho e desenvolvimento de respostas sociais que facilitem o acesso das crianças aos serviços, a redução da pobreza e desigualdades, a promoção de parcerias entre governo e população urbana com menor poder económico, na garantia dos direitos das crianças pertencentes a classes menos favorecidas economicamente. Através destas medidas pretende-se chegar a um ponto de desenvolvimento urbano em que as sociedades são mais justas e potenciadoras do correto desenvolvimento das crianças (UNICEF, 2012).

Em 2017, segundo o Relatório Anual, a UNICEF realizou intervenções humanitárias que chegaram a cerca de 7.6 milhões de crianças entre os 5 e os 17 anos que se encontravam em situações de trabalho infantil (UNICEF, 2017 p.51).

c. Organização das Nações Unidas e os Objetivos do Milénio

É com a definição dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) pelas Nações Unidas em 2012, que se começa a falar sobre Política Pública Global. Este debate dá-se pelo facto de que os ODS, segunda versão dos Objetivos do Millennium pretendem chegar a todos os países, sendo que as metas adequam-se ao nível de desenvolvimento de cada país (Seixas, 2014).

Primeiramente importa definir que com a alteração dos Objetivos do Milénio para os Objetivos de Desenvolvimento Global existe uma organização por categorias ou áreas de atuação, sendo elas: Pessoas; Prosperidade; Paz; Parcerias; Planeta. Sendo que nos iremos focar nas pessoas esta categoria, diz as Nações Unidas, pretende erradicar a pobreza, a fome e promover todas as maneiras de garantir a dignidade e igualdade (Nações Unidas, 2014).

Considerando que no mundo Ocidental e tipicamente globalizado o Trabalho Infantil é considerado, por norma, um atentado aos direitos das Crianças, as medidas políticas que visam a sua erradicação inserem-se neste ponto dos ODS.

A questão das Nações Unidas desejarem atuar a nível global ajustando as metas às realidades individuais de cada país e defenderem o ideal de que é necessário passar da teoria à prática não abrange, em toda a sua medida, a dimensão cultural e a ideologia política de cada país.

Esta diferença leva a que a mudança desejada não possa ser colocada em prática, ou sequer considerada, no seu todo logo de início. Surge assim a posição de que a mudança sobre a perspectiva cultura do trabalho infantil é desejada mas tem de acontecer de modo progressivo dando tempo para se integrar na sociedade de modo gradual.

Capítulo III

Governança Local para erradicação do Trabalho Infantil: O caso de Portugal

O Trabalho Infantil, como referido no Programa de Erradicação para o Trabalho Infantil (PETI), é um fenómeno complexo que não está caracterizado por inteiro. No entanto é claramente associado aos padrões económicos, culturais e tendências comportamentais, que se encontra em constante evolução tal como as mudanças sociais. É ainda uma problemática que assume diversas formas e níveis de gravidade. (PETI, 2008)

Embora a conceção de trabalho infantil e a forma como este fenómeno está representado nas leis efetivas de cada país depende das suas orientações políticas, desenvolvimento económico, da história e cultura. Portugal registou as primeiras medidas de tentativa regulação do trabalho infantil, começando a ser discutidas em 1880, sendo que em 1881 surge a primeira tentativa efetiva de limitação do uso de mão-de-obra infantil na indústria. Esta medida foi implementada em 1891.

Desde então, leis de regulação da idade mínima para trabalhar, a regulação escolaridade obrigatória ou outros instrumentos foram utilizados para regular a atividade de menores (Goulart & Bedi, 2007).

1. Ser Criança em Portugal

As mudanças sociais ocorrem tardiamente em Portugal, devido ao conservadorismo que se viveu no país durante o período do Estado Novo, o que fez com que estas mudanças ocorressem num curto espaço de tempo tornando-as mais notórias e sensíveis (Sarmiento, 2008).

A infância moderna é diretamente afetada pelas mudanças sociais, estando em transição e arrastando consigo as novas representações e imagens que a sociedade projeta, inicialmente as crianças alvo de um sentimento de carinho e afeto geral.

Atualmente são sujeitos jurídicos, com leis bem definidas o que leva a uma responsabilização de toda a sociedade pela prática desses direitos (Sarmiento, 2008).

Existe não só uma nova visão por parte da sociedade, mas também uma melhoria das instituições que acolhem crianças, principalmente as escolas que evoluíram muito nos últimos tempos. Nesta “segunda modernidade”, ou sociedade de risco, o papel da criança está mais muito mais evidenciado, até mesmo do ponto de vista legislativo além de existir uma grande diferença no que está escrito e no que é feito verdadeiramente. No entanto a sociedade e principalmente as desigualdades sociais não permitem que as novas perspectivas sobre as crianças sejam implementadas de forma uniforme e infalível (Sarmiento, 2008). Existe assim assimetrias na vivência da infância em território nacional, cabendo nestas assimetrias a dicotomia entre infância urbana e rural.

A área da infância foi, talvez, a que sofreu mais impactos em consequência das transformações na sociedade Portuguesa, não apenas na esfera demográfica mas também pelas profundas alterações. No entanto a visão da sociedade sobre a criança tem vindo a ser alterada desde sempre. A infância moderna é, então, diretamente afetada pelas mudanças sociais, estando em transição e arrastando consigo as novas representações e imagens que a sociedade projeta no grupo etário mais jovem. Inicialmente as crianças provocavam nos adultos um sentimento de carinho e afeto, atualmente são sujeitos jurídicos, com leis bem definidas e que levam a que toda a sociedade seja responsável pela prática desses direitos (Sarmiento, 2008).

Pode-se concluir que por um lado as crianças têm mais direitos e que atualmente a sociedade na sua generalidade respeita mais esses direitos. No entanto, a sociedade contemporânea atravessa tempos difíceis e isso reflete-se nos indicadores sociais das crianças e por isso podemos verificar que existem mais crianças com maus-tratos, mais abandono escolar, mais crianças institucionalizadas.

Existe uma nova visão por parte da sociedade, mas também uma melhoria das instituições que acolhem crianças. Nesta época atual o papel da criança está mais

muito evidenciado, até mesmo do ponto de vista legislativo além de existir uma grande diferença no que está escrito e no que é feito verdadeiramente. No entanto a sociedade e principalmente as desigualdades sociais não permitem que as novas perspetivas sobre as crianças sejam implementadas de forma uniforme e infalível. Além de a nível demográfico existirem menos crianças, tivemos evoluções no que diz respeito à taxa de mortalidade infantil e à exploração do trabalho infantil (Sarmiento, 2008).

Não esquecendo a importância da contextualização económica para a realidade do trabalho infantil, pegando num estudo que retrata Portugal no ano de 2001 considerando a sua realidade social, económica e política da altura irá ser exposto como contextualização para perceber os factos que influenciam o trabalho infantil poderá ser útil. No ano de 2001 a realidade socioeconómica portuguesa assentava numa taxa de desemprego baixa, incluindo a de desemprego de longa duração. Os saldos migratórios eram bastante positivos e o envelhecimento era bastante acentuado devido à evolução científica. Em Portugal existia uma grande estrutura de pequenas empresas no âmbito de indústria transformadora, construção civil e turismo, na agricultura houve uma modernização acentuada, e os negócios agrícolas baseavam-se em negócios familiares. A qualificação de mão-de-obra era totalmente díspar na sua caracterização, tínhamos muita mão-de-obra qualificada e muita pouco ou nada qualificava o que fez com que a economia se desenvolvesse em duas velocidades opostas (Monteiro *et al*, 2003).

Já em 2001 era notável que os salários médios e mínimos praticados em Portugal eram muito baixos, face a outros países da União Europeia. No entanto verifica-se poucos cenários de pobreza extrema. Em 2001 Portugal era um país de emigração vinda de Europa de Leste e do Brasil, predominantemente, acrescentando à emigração das colónias africanas. Este fenómeno altera os fenómenos migratórios em Portugal, sendo que os processos de integração diferentes e áreas de atividade económica em que os emigrantes se inseriam também diferentes (Monteiro *et al*, 2003).

Esta contextualização mostra que Portugal se insere no role dos países desenvolvidos cuja as medidas para erradicar o problema do Trabalho Infantil são mais fortes, e estão mais presentes contando com o apoio da sociedade (que percebe o fenómeno como um problema social) e das decisões e opções políticas.

Sobre esta questão da agenda política quando uma sociedade vê o trabalho infantil como uma norma socialmente aceite e partilhada pelos pares então o trabalho infantil vai persistir nessa sociedade, sem regulação e num meio não controlado pode piorar a situação (Chagas Lopes e Goulart, 2005).

2. Medidas de proteção à infância

Considera-se então que a entrada de Portugal para a União Europeia pode ter condicionado a ideologia política que vigora desde então. O que pode ter condicionado as evoluções profundas das visões sociais e legais das crianças e das suas necessidades e problemas abrangidos pelas políticas sociais desenvolvidas desde então, ou seja, segundo esta autora, a evolução social e legal está dependente do tempo e do nível de desenvolvimento do país, destacando-se assim a importância do tempo na definição dos processos regentes da sociedade (Candeias et al, 2012, pp.16).

Foi após a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança, nos finais do século XX que mais se constatarem as mudanças relativas à visão da criança e ao papel da mesma no desenrolar das políticas sociais. A criança alcançou nesta última década do século passado um papel de destaque nas sociedades, assim foi necessário aprofundar os conceitos relativos a si e ajustar os sistemas de proteção vigentes até à época (Candeias *et al*, 2012).

Definir um quadro jurídico que evidenciasse a proteção e promoção das crianças foi uma obrigatoriedade reconhecida desde o início do século XX apelidado de “século das crianças”. A partir deste momento as crianças começaram a ser vistas como sujeitos de direitos e como tal teriam de ser abrangidas por uma legislação específica, sendo a

Convenção sobre os Direitos da Criança uma referência neste aspeto, evidenciando as responsabilidades que a sociedade teria para com as suas crianças.

A expansão do sistema de proteção social foi, desde finais dos anos setenta, contínua e rápida, contudo os problemas e os desequilíbrios continuaram, a emergir (Sarmiento, 2008). Portugal, nas últimas décadas, tem acompanhado a evolução no que respeita à promoção e proteção das crianças. A área legislativa alarga-se também aos domínios de provisão e participação, para além da proteção, para a criança.

Em 1988 Portugal adopta as posições internacionais relativamente à infância. A CDC foi implementada pela União Europeia em 1989 definindo posições e orientações políticas desde então. Tendo sempre em consideração que o Trabalho Infantil não é um fenómeno conjuntural mas sim estrutural que se reflete nas preocupações políticas nacionais e internacionais carecendo, em simultâneo, de medidas efetivas e de continuar a sua erradicação (Monterio et al, 2003).

3. A realidade do Trabalho Infantil em Portugal

O Governo Português quantifica e caracteriza o trabalho infantil segundo orientações internacionais. Segundo os autores é importante ter em consideração que o Trabalho Infantil não é um fenómeno conjuntural mas sim estrutural sendo que se tem vindo a observar uma redução significativa das formas mais duras de trabalho infantil (Monteiro et al, 2003).

As principais características ligadas ao Trabalho Infantil em Portugal são ser estrutural, de transmissão intergeracional, realizado com a família, e para complementar o rendimento e trabalho do agregado. A primeira característica prende-se com o facto do trabalho infantil ser um fenómeno estrutural, isto é, está diretamente relacionado com os níveis de pobreza muito acentuados e duradouros num determinado grupo da população. O segundo fator a ter em consideração é que devido ao fenómeno de pobreza cíclica existe uma tendência intergeracional de persistência do trabalho infantil em Portugal. Esta é uma afirmação justificada através de estudos de probabilidade que concluem que as crianças descendentes de famílias pobres tendem a ter o dobro de probabilidade de vir a trabalhar do que as crianças que vivem em

meios de classes com poder económico mais elevado. Em terceiro lugar o trabalho infantil em Portugal caracteriza-se pela tendência em realizar-se na esfera privada da família, estando ligado ao trabalho em pequenos negócios familiares e na agricultura familiar, sendo que estes são meios em que os autores defendem a dificuldade de controlo e regulação do fenómeno. Por último esta obra conclui que o trabalho infantil em termos económicos, no nosso país assume um papel de complementaridade aos rendimentos da família sendo que o trabalho doméstico se prende essencialmente ao fator de substituíbilidade, ou seja, a criança executa as tarefas domésticas em vez de outro elemento do agregado (Chagas Lopes e Goulart, 2005).

Uma vez que o relatório data de 2003, e retrata Portugal no ano de 2001, a realidade social, económica e política da altura, que muito pouco tem a ver com a realidade nacional de 2015, no entanto, como contextualização para perceber os factos que influenciam o trabalho infantil poderá ser útil. No ano de 2001 a realidade socioeconómica portuguesa assentava numa taxa de desemprego baixa, incluindo a de desemprego de longa duração. Os saldos migratórios eram bastante positivos e o envelhecimento era bastante acentuado devido á evolução científica. Em Portugal existia uma grande estrutura de pequenas empresas no âmbito de indústria transformadora, construção civil e turismo, na agricultura houve uma modernização acentuada, e os negócios agrícolas baseavam-se em negócios familiares (Monteiro *et al*, 2003).

A qualificação de mão-de-obra era totalmente díspar na sua caracterização, tínhamos muita mão-de-obra qualificada e muita pouco ou nada qualificava o que fez com que a economia se desenvolvesse em duas velocidades opostas (Monteiro *et al*, 2003).

Já em 2001 era notável que os salários médios e mínimos praticados em Portugal eram muito baixos, face a outros países da União Europeia. No entanto verifica-se poucos cenários de pobreza extrema. Em 2001 Portugal era um país de emigração vinda de Europa de Leste e do Brasil, predominantemente, acrescentando á emigração das colónias africanas. Este fenómeno altera os fenómenos migratórios em Portugal,

sendo que os processos de integração diferentes e áreas de atividade económica em que os emigrantes se inseriam também diferentes (Monteiro *et al*, 2003).

O facto do trabalho infantil ser determinado como ilegal em Portugal, torna-o num objeto de estudo complexo, não define a problemática como inexistente. Nos últimos anos tem-se vindo a observar uma maior consciência pública face à questão do trabalho infantil, potenciando uma maior atuação política e necessidade de investigação. Atualmente os estudos demonstram que a realidade do trabalho infantil em Portugal é mais observada nas fábricas de têxteis do norte do país, onde em alguns casos é a única fonte de trabalho e o uso da mão-de-obra infantil, com o conhecimento da família, representa um custo de produção baixíssimo considerando que o pagamento de 10 crianças é o mesmo que de 1 adulto. Esta realidade reflete cenário de pobreza crónica, que leva a que se estabelece um ciclo na família que pode perdurar por gerações inteiras (Eaton & Goulart, 2009).

Estas questões tendem a levar a casos de abandono escolar e de pobreza famílias o que potencia, na maioria dos casos, cenários de trabalho infantil. Sendo que, em Portugal, as maiores condicionantes para esta problemática tendem a ser as questões económicas da família – levando ao trabalho familiar agrícola ou informal no meio urbano -, a criança poderá ser vista pela família, como um investimento e dá-se a falha da função económica da família enquanto conjunto (PETI, 2008).

Esta contextualização mostra que Portugal se insere no role dos países desenvolvidos cuja as medidas para erradicar o problema do Trabalho Infantil são mais fortes, e estão mais presentes contando com o apoio da sociedade (que perceciona o fenómeno como um problema social) e das decisões e opções políticas.

Capítulo IV

Metodologia

1. Caracterização do Estudo e definição de objetivos

O presente trabalho de investigação caracteriza-se por ser um estudo de características descritivas e históricas, uma vez que pretendem fazer um percurso histórico e descritivo das políticas que foram sendo implementadas com vista à erradicação do mesmo, assim foi o objetivo do trabalho que definiu o tipo de estudo.

O objeto de estudo do presente trabalho são as próprias medidas de combate ao trabalho infantil implementadas em Portugal durante o período de 1880 a 2016. A pertinência deste estudo prende-se com a necessidade de perceber o percurso passado das medidas de erradicação considerando que o trabalho infantil que, com o avançar do tempo, tende a adquirir novas formas e perceber se as medidas aplicadas estão preparadas para atuar quando necessário. É importante olhar para o passado, em toda a dimensão do problema, para prever o futuro e conseguir atuar sobre ele com rigor e clareza, esta é uma posição que é suportada por toda a exposição teórica apresentada nos capítulos anteriores.

Assim definisse a metodologia com base na pergunta de partida que é: *Qual a perceção da eficácia das políticas de combate ao trabalho infantil em Portugal de 1880 a 2016?*

Com este estudo, espera-se contribuir, através da ligação entre as políticas tomadas para a erradicação do trabalho infantil e os seus resultados conhecidos, dando, igualmente, da perceção de ajustes das medidas ao longo do tempo e o porquê dessa necessidade de ajuste. Sendo este um estudo que se insere no Mestrado de Política Social está assim a pertinência do mesmo, considerando que a base da parte empírica são, efetivamente, as políticas sociais na área de proteção à infância, da educação e do trabalho.

Para alcançar o objetivo geral de verificar a eficácia e perceção da eficácia do trabalho infantil em Portugal entre 1880 e 2016, divide-se o projeto de investigação em três

objetivos específicos que permitem o seguimento lógico da estruturação de pensamento e de recolha de dados:

- Identificação da legislação relevante sobre o combate ao trabalho infantil entre 1890 e 2016 nas áreas da infância, educação e trabalho;
- Perceção dos informantes privilegiados sobre a eficácia das políticas implementadas;
- A perceção dos beneficiários sobre as eficácias das políticas implementadas;

Análise Documental e Legislação

Considerando que o presente estudo apresenta-se como um trabalho de pesquisa histórica e descritiva que pretende descrever o percurso das políticas de combate ao trabalho infantil em Portugal e quais as suas razões, apresentando as visões de quem as viu surgir e de as implementou efetivamente, no terreno, bem como as perceções destes agentes sobre os resultados obtidos do combate ao trabalho infantil em Portugal.

Para que o objetivo do presente estudo seja possível, as estratégias para obter os dados são, em primeiro lugar, a observação e análise documental de modo a descrever a evolução das políticas e as várias áreas que abrangeram através dos relatórios, documentos oficiais, publicações parlamentares e documentos jurídicos de fontes como: OIT, UNICEF, legislação direta ao trabalho infantil, medidas de políticas da infância, código do trabalho e PETI.

Assim, e considerando que a conceção de Trabalho Infantil e a forma como este fenómeno está representado nas leis efetivas de cada país depende das suas orientações políticas, desenvolvimento económico, história e cultura, justifica-se a necessidade de realização de um estudo sobre perspetiva histórica e descritiva através de uma identificação, sistematização e análise legislativa portuguesa.

Para este estudo sentiu-se como necessária a utilização de vários métodos complementares de recolha de dados e de exposição dos mesmos de modo a

descrever a evolução do fenómeno de uma forma clara, sintética e o mais visual possível.

Os métodos escolhidos para recolha de dados segundo a metodologia qualitativa cuja «*descrição deve ser rigorosa e resultar diretamente dos dados recolhidos*» foram a análise documental de documentos escritos, nomeadamente programas, políticas implementadas e leis publicadas, e da aplicação de entrevistas semiestruturadas a informadores privilegiados, do processo de política social, associados a este fenómeno. Estes métodos permitem, no seu resultado final, compreender o percurso histórico, em termos políticos e sociais, da eliminação do trabalho infantil em Portugal, aprofundando o conhecimento científico sobre este fenómeno social de modo a permitir estabelecer uma linha cronológica de acontecimentos e impactos sobre o fenómeno em causa testando as teorias e conceitos teóricos e a relação dos mesmos (Carmo e Ferreira, 2008 pp. 198).

Para a correta aplicação destes métodos e técnicas foi necessária a criação de instrumentos nomeadamente uma linha cronológica dos acontecimentos integrando as várias fontes, grelhas de sistematização e análise de políticas e programas identificando o ano, a entidade promotora, área em que se insere e os objetivos que procurava atingir. O apoio destes instrumentos é fundamental para assegurar o rigor da análise, bem com, a sintetização de dados e uniformidade dos mesmos permitindo desde logo fazer uma divisão de categorias que permitirá uma maior facilidade de leitura do trabalho e de ligação entre o empírico e o teórico. Para chegar às políticas e programas foi realizada uma pesquisa exploratória da história sobre o fenómeno em estudo que permitiu estabelecer conceitos e ideias bases para a estruturação do pensamento crítico necessário para a realização da análise de resultados.

A análise de conteúdo pretende explicar fenómenos ou acontecimentos e serve o propósito de fornecer fatores que irão ajudar a descobrir outras situações, esta é uma técnica intermédia considerando que se serve de outras técnicas e métodos. A análise de conteúdo utiliza-se quando se pretende descrever o conteúdo de uma informação em toda a sua extensão e ara conhecer o progresso realizado sobre o conhecimento de alguma variável. Esta análise é possível de ser aplicada em dados de pequeno

conteúdo (dados qualitativos) uma vez que após classificar todos os elementos da informação recolhida e categoriza-los, limita-se a confrontá-los (Romero, 1991).

Assim para a presente análise de conteúdo do presente estudo centra-se nas políticas sociais criadas para a erradicação do trabalho infantil em Portugal, tendo sido para isso criadas três categorias de análise que permite a inserção dos dados em caixas de pensamento, facilitando a sua análise e as conclusões que poderão ser criadas. As categorias da análise de conteúdo são:

- Categoria 1 – Identificação da entidade que produziu a política (identificar se foi entidade nacional ou internacional, descrever o momento político no tempo de implementação)
- Categoria 2 – Caracterização da política e a área de atuação em que, concretamente, se insere (descrever sinteticamente os objetivos da política, quem implementou e se se insere na área da proteção à infância, educação ou trabalho)
- Categoria 3 – Descrição dos objetivos esperados e obtidos (complementar com descrição da situação ad hoc da problemática em estudo)

1. Entrevistas

De modo a completar as informações a retirar da pesquisa documental será, então, utilizada a técnica de entrevistas semiestruturadas aos envolvidos na criação, aplicação e avaliação das políticas de erradicação do trabalho infantil em Portugal. Sendo que estas se constituem com um guião já preparado que aborda três blocos de informação, nomeadamente:

- O trabalho infantil como problema social
- O trabalho infantil em Portugal
- As medidas de regulação do trabalho infantil em Portugal: delineação, aplicação e impacto

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas a três atores distintos que representam, cada um deles, um setor da sociedade:

- Ator sobre Políticas Públicas: Dra. Joaquina Cadete, diretora do PETI, este foi o programa com maior impacto em Portugal. Surgiu de orientações internacionais e foi aplicado durante 10 anos, tendo sido, os seus resultados, muito bem conseguidos.

- Ator representante da sociedade civil: Confederação Nacional de Atuação sobre o Trabalho Infantil (CNASTI) considerando que esta foi criada antes do Programa PETI e que se mantém ativa na localização e combate às situações de trabalho infantil que ainda são uma realidade no nosso país.

- Ator representante da realidade: Quatro cidadãos entre os 65 e 95 anos utentes do Centro de Dia Leões de Portugal, no Estádio José de Alvalade em Lisboa, este Centro foi escolhido por uma questão de acessibilidade, disponibilidade e da relação já próxima com os utentes. Estes contribuíram na medida em que relatam as suas experiências de infância e como perceberam as mudanças e evoluções legislativas ao longo dos tempos, sendo que esta informação é baseada nas percepções pessoais, nas memórias e histórias de vida de uma pequena amostra não representativa.

2. Triangulação da Informação

Durante um trabalho de investigação o tratamento de dados é feito em três etapas diferentes que, no culminar, permitiram a elaboração de conclusões do estudo realizado. Assim, no presente trabalho as etapas da pesquisa empírica que exigiram tratamento dos dados recolhidos foram:

- Durante a recolha da informação necessária, e antes da análise descritiva da mesma, para isto foram construídas tabelas de análise que permitissem o estudo correto e homogéneo dos fatores inerentes aos mesmos.
- Foi posteriormente realizada uma análise desses mesmos documentos, considerando os objetivos de pesquisa, dividindo as informações em categorias que permitissem a descrição das políticas.
- Por fim a apresentação dos resultados da pesquisa considerando a informação tratada em tabelas de análise e apresentada sobre forma de descrição histórica, suportada com entrevistas e dados estatísticos já elaborados sobre os

fatores que influenciam o trabalho infantil e apresentados nos capítulos teóricos do presente trabalho.

A apresentação de resultados será então uma triangulação da informação recolhida, isto é, a triangulação da informação consiste na combinação de metodologia para estudar o mesmo fenómeno, problema ou programa segundo a lógica da triangulação, esta permite harmonizar a informação díspar recolhida e interpretada através de cada método (Carmo e Ferreira, 2008).

Capítulo V

Apresentação de Resultados

1. Dados Estatísticos iniciais sobre o trabalho infantil

No sentido de contextualizar a realidade do trabalho infantil em números, fez-se o levantamento de dados estatísticos referentes às suas condicionantes principais discutidas no Enquadramento Teórico.

Períodos por décadas	Infância	Educação		Trabalho		
	Nº de crianças (menos de 15 anos)	Nº de alunos matriculados	Escolaridade Obrigatória (anos)	Idade Mínima	Taxa de trabalho infantil	População Ativa
					10-14	
1890	-	-	5	12	28%	-
1900	-	-	5	12	22%	-
1910	-	-	3	12	21%	-
1920	-	-	5	12	-	-
1930	-	-	3	12	-	2 777 795
1940	-	-	3	12	46%	3 049 856
1950	-	-	4	14	65%	3 288 452
1960	2 591 955	1086115	4	14	61%	3 423 551
1970	2 451 820	1358460	6	14	52%	3 395 865
1980	2 508 673	1788270	6	16	41%	4 183 022
1990	1 972 403	2002311	9	16	31%	4 717 750
2000	1 656 602	18887000	12	16	11%	5 041 300
2010	1 572 329	2014331	12	16	-	4 898 400

Tabela 1 - Tabela sobre os dados estatísticos relativos ao Trabalho Infantil e fatores associados

Fontes: Instituto Nacional de Estatística para dados relativos à infância e população ativa; Pordata para dados relativos à educação; Goulart 2011 para dados relativos ao Trabalho Infantil. Os dados originais encontram-se no anexo VI

A tabela é a junção dos dados recolhidos, ou seja é apresentado o número de crianças até 15 anos, o número de alunos matriculados entre o ensino pré-escolar e o ensino secundário, a escolaridade mínima obrigatória, a idade mínima para o início para o início do trabalho, a taxa de trabalho infantil compreendida entre os 10 e os 14 anos e

a população ativa. Os dados são referentes ao início de cada década estão apresentados numa linha cronológica de 120 anos entre 1890 e 2010.

Pretendo se deste modo comparar, sucintamente, o comportamento da taxa de trabalho infantil e de alunos matriculados com a escolaridade obrigatória e a idade mínima para o início do trabalho assim como a forma como estes valores influenciam o número de crianças de crianças com menos de 15 anos e o n.º de população ativa.

Entre 1890 e 1950 não existem dados concretos no que diz respeito à contabilização do número de crianças com menos de 15 e ao número de crianças matriculadas, sendo possível saber a escolaridade obrigatória, a idade mínima para o início do trabalho assim como a taxa de trabalho infantil e o número de população ativa a partir de 1930.

Nesse período de tempo toda a agitação política de fim da monarquia, implementação república, ditadura militar, Estado Novo e reimplantação da república têm influência nos valores apresentados. Em 1910 com a queda da monarquia existe uma diminuição da escolaridade obrigatória que se mantinha desde 1890 no 5º ano e desce para o 3º ano fazendo com que a taxa de trabalho infantil abrande a sua diminuição que tinha decrescido numa década 6% passa a decrescer apenas 1%.

Já no período da primeira república a escolaridade mínima obrigatória volta a aumentar para o 5º ano, não existindo porém quaisquer dados de comparação. Entre o final da 1ª república e a ditadura militar volta a haver uma diminuição da escolaridade obrigatória voltado a ser o 3º ano sendo que o primeiro valor da população ativa aparece não existindo porém quaisquer dados de correlação com a diminuição da escolaridade mínima e a população ativa.

Com a fixação da escolaridade mínima obrigatória no 3º ano entre 1930 e 1950 houve uma subida para valores exorbitantes da taxa de trabalho infantil apresentado no início da segunda década da ditadura militar/Estado Novo a taxa era de 46% (mais do que ultimo valor apresentado, 21 % em 1910) e na terceira década sobe para quase o dobro 65% assim como na população ativa que passam de 2 777 795 registados em 1930 para 3 288 452 em 1950.

Em 1956 existe um aumento da escolaridade mínima fixando se no 4º ano para o sexo masculino tendo logo influenciado em 1960 a taxa de trabalho infantil que cai de 65% para 61% e mantendo se um aumento equilibrado da população ativa. Sendo que nesse mesmo ano a escolaridade mínima obrigatória do sexo feminino iguala a do masculino. É em 1960 que se regista o maior número de crianças menores de 5 anos cerca de 2 591 955 e onde há registo dos alunos matriculados cerca de 1 086 115 alunos.

Passado 4 anos a escolaridade mínima obrigatória sobe para o 6º ano para ambos os sexos e 5 anos pela primeira vez a idade mínima de trabalho sobe dos 12 anos para os 14 anos.

Em 1970 a taxa de trabalho infantil regista o menor número desde 1890 e fixa-se em 16%, pela primeira vez o número de população ativa regista uma diferença de menos 27 686 em relação aos números de 1960, o número de crianças menores de 15 anos também apresentam valores menores do que em 1960 cerca de menos 140 135, no entanto o número de alunos matriculados sobe para 1 358 460.

A partir de 1980 e até 2010 observa se a um comportamento inverso do número de alunos matriculados (aumentou 226 553 de alunos em relação aos 1 788 270 de 1980) e da taxa de trabalho infantil (diminuiu de 41% de 1980 para o 11% ultimo valor registado em 2000). O número de crianças diminui cerca de 936 344 estando em 2010 fixado em 1 572 329 e a população ativa aumenta para 4 395 382 no último valor apresentado em 2000.

Em 2000 com a entrada na União Europeia a escolaridade mínima obrigatória é fixada no 9º ano posteriormente aumentada para o 12º ano em 2010. Já a idade mínima para trabalho foi fixada em 2000 nos 16 anos até aos dias de hoje.

Conclui se por tanto que a escolaridade mínima obrigatória e a idade mínima para trabalho agem como sendo um fator de combate para a diminuição do trabalho infantil contribuindo também para o aumento da população ativa. É possível concluir ainda que durante o período de instabilidade política os valores apresentados eram instáveis ou inexistentes e a partir do momento em que existem regras da União

Europeia para serem seguidas esses valores tornam se estáveis e as mudanças políticas governamentais deixam de influenciar tanto os valores.

Constata se também que com o aumento da população ativa e dos alunos matriculados existe uma diminuição do numero de crianças menores de 15 anos, ou seja, quanto mais letrados e no ativo menos reprodução existe.

2. Legislação sobre o Trabalho Infantil

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pelas Nações Unidas a 10 de Dezembro de 1948, num período em que o mundo duvidava da dignidade e do valor da pessoa humana devido ao contexto pós segunda grande guerra mundial. Esta Declaração veio garantir que os Estados signatários da Declaração promovessem a cooperação e o respeito universal.

Relacionando este documento à temática sobre o Trabalho Infantil destacasse os artigos: 1º que defende a igualdade e fraternidade entre homens; O 16º reflete a importância da família no desenvolvimento do ser humano; E o artigo 26º dita a importância da educação gratuita para todas as crianças.

Considerando que a definição global do conceito de criança da UNICEF - *«todo o ser humano com menos de 18 anos de idade»* - atribui-se a esta faixa etária o direito de brincar e o dever de aprender. O Trabalho Infantil retira estes elementos fundamentais às crianças pelas mais diversas razões, reflete no entanto cenários de pobreza familiares e conceções culturais tanto sobre o que é ser criança como o que se refere à definição de trabalho pesado e/ou leve (Dourado, 2007).

Neste sentido desde o século XX que o tema do trabalho infantil é alvo de atenção social e de tentativas sucessivas de regulação. Após alguns governos terem adotado políticas sociais que visavam a abolição do trabalho infantil através da delimitação da idade mínima de trabalho e da melhoria das condições dos locais de trabalho, as empresas foram aconselhadas a seguir os mesmos passos. Em 1919 foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo um dos pilares da sua criação visava a erradicação do trabalho infantil. Durante o século XX, após a criação da OIT, outras organizações internacionais foram surgindo e unindo-se contra o trabalho infantil e tentando a sua regulação e erradicação de forma sucessiva. As Nações Unidas e a

Declaração de Génova em 1924, a Unicef em 1946, a Convenção dos Direitos das Crianças em 1989, as convenções da OIT para combaterem o não estabelecimento da idade mínima de trabalho, em 1973, e as piores formas de trabalho infantil em 1999. Estas iniciativas tentaram regular as condições de trabalho a nível nacional e internacional ao imporem leis que tentavam estimular a responsabilidade social das empresas (Kolk e Tudler, 2002).

Portugal foi um dos países pioneiros no que respeita à luta contra o trabalho infantil, decorria o ano de 1881 e imperava o espírito revolucionário contra a monarquia constitucional quando foi criada a primeira tentativa de medida contra o trabalho infantil. Já em 1911 com uma renovada vontade política de um novo regime democrático deram-se os primeiros passos no que respeita às leis de proteção à infância (Piedade, 2001). A partir desta data, foram criadas novas políticas, alteradas velhas legislações e adequadas as práticas adotando, em alguns casos, orientações externas.

Considera-se então que a entrada de Portugal para a União Europeia pode ter condicionado a ideologia política que vigora desde então. O que pode ter condicionado as evoluções profundas das visões sociais e legais das crianças e das suas necessidades e problemas abrangidos pelas políticas sociais desenvolvidas desde então, ou seja, «*a evolução social e legal encontra-se na dependência do tempo e das condições sociais, económicas e políticas em que foram construídas*» destacando-se assim a importância do tempo na definição dos processos regentes da sociedade. A criança alcançou nesta última década do século passado um papel de destaque nas sociedades, assim foi necessário aprofundar os conceitos relativos a si e ajustar os sistemas de proteção vigentes até à época (Candeias *et al*, 2012 pp.16).

Para melhor perceção da descrição histórica das políticas irá ser apresentada uma linha cronológica das medidas consideradas importantes de destacar, incluindo também momentos da política internacional que se constituíram como marcos contra o trabalho infantil.

Posteriormente e considerando o longo período histórico abrangido no presente relatório considera-se importante fazer uma divisão temporal que possibilite ao leitor

uma melhor organização temporal do que se foi sucedendo em Portugal contra o Trabalho Infantil durante a explicação da linha e descrição das informações mais importantes a considerar em cada momento assinalado na mesma.

Tabela 2 - Linha Cronológica das medidas de combate ao Trabalho Infantil

Medidas Internacionais		Medidas Nacionais
	1891	Portugal estabelece a idade mínima nos 10 anos e restringe sectores da indústria que podem aceitar trabalho infantil. (T) Em 1893 esta lei estende as limitações a mais sectores de atividade. (T)
	1911	Criada a Lei de Proteção à Infância. (I)
Criada a Organização Internacional do Trabalho	1919	
É o ano da Declaração de Genebra	1924	
	1934	Criação do Serviço de Fiscalização sobre o horário de Trabalho. (T)
Criação do Fundo Internacional de Apoio à Infância	1947	
	1952	Plano de Educação Popular (E)
	1956	Aumento da Escolaridade Obrigatória (E)
Ratificação da Convenção n.º 81 da OIT criada em 1947 sobre a inspeção de trabalho na indústria e no comércio	1962	Criada a Organização Tutelar de Menores. (I)
	1966	Reforma da Mocidade Portuguesa (E)
	1969	Aumento da Idade Mínima Para Trabalhar (T)
Convenção OIT n.º 138 sobre a idade mínima	1973	
	1976	Criação da lei que estabelece o Direito à Educação. (E)
	1981	Ratificação da Convenção n.º 129 da OIT, de 1969, relativa à inspeção do trabalho na agricultura. (T)
	1983	Criação do Instituto de Apoio à Criança. (I)
	1986	Criada da Lei de Bases do Sistema Educativo. (E)

As Políticas Sociais de combate ao Trabalho Infantil em Portugal 1880-2016

Convenção sobre os Direitos da Criança	1989	
	1991	Aumento da Idade Mínima Para Trabalhar (T)
OIT lança o programa internacional para a eliminação do trabalho infantil (IPEC)	1992	
	1994	Ratifica a diretiva da comunidade europeia sobre proteção dos jovens no trabalho (T) Surge a CNASTI como confederação
	1998	Lançada versão portuguesa do IPEC, que em Portugal se denominou de Programa de Erradicação contra a Exploração do Trabalho Infantil (PETI)
Convenção OIT n.º 182 da OIT sobre as piores formas do trabalho infantil	1999	Surge a lei de proteção de crianças e jovens em risco. (I)
Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	2000	
	2001	Início do Programa ESCOLHAS. (I)
	2008	Avaliação e Extinção do PEETI
	2009	Revisão da Escolaridade Obrigatória. (E) Revisão ao Código do Trabalho que regula o trabalho de menores. (T) Regulação da participação de menores em atividades de natureza cultural, artística ou publicitária. (T)
Declaração de objetivos do Milénio	2015	Atualização da Lei 142/99 de Proteção à Infância (I)

Monarquia	1ª República	Ditadura Militar e Estado Novo	Estado Novo e Pós II Guerra Mundial	3ª República	Novo Milénio
-----------	--------------	--------------------------------	-------------------------------------	--------------	--------------

Fontes: Documentos legislativos referentes a cada uma das medidas apresentadas (vide anexo VII)

Considerando que o objeto de estudo do presente trabalho são as políticas de regulação sobre o trabalho infantil em Portugal, pegando na informação que consta na linha cronológica apresentada em cima, passamos à análise e descrição das mesmas:

- 1880 - 1909: A monarquia constitucional

No ano de 1891, período de instabilidade política e social considerando que foi em Janeiro deste mesmo ano que se viveu uma revolução que visava terminar com o regime monárquico constitucional para estabelecer um novo regime democrático, a par vivia-se igualmente uma crise económica grave que levou à banca roto do sistema económico português. No entanto a 14 de Abril de 1891 foi publicado o Decreto que visava o Regime do trabalho de Menores e mulheres nos estabelecimentos industriais e dos serviços de inspeção e vigilância. Esta lei promovida pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria tinha como objetivo o estabelecimento dos 10 anos como idade mínima para a realização de tarefas por menores em alguns setores da indústria, bem como condições de higiene e segurança. Esta lei foi revista e em 1893 saiu uma extensão da lei que dizia que eram apenas permitidas crianças entre os 10 e 12 anos de idade se as mesmas não executassem trabalhos que colocassem em risco a sua segurança e integridade física. Estas leis visavam ainda que a contratação de menores só era permitida se estes não estivessem inseridos no sistema escolar.

E assim, Portugal publicou as primeiras leis de regulação do trabalho executado por menores, que embora publicadas em 1891 e 1893 respetivamente, começaram a ser pensadas 10 anos antes em 1880.

- 1910 - 1925: 1ª República

Em 1910 foi instaurada a República em Portugal e um ano depois, a 27 de Maio de 1911 foi criada a Lei de Proteção à Infância, em que o Estado assumiu a responsabilidade sobre as crianças no que respeitava à sua educação, formação e desenvolvimento (Piedade, 2001 pp.8). Esta lei visava proteger as crianças e jovens menores de 16 anos de situações de risco ou perigo como negligência, abandono e não acesso à educação ao mesmo tempo que regulava questões de crianças em jovens que cometessem algum crime. Segundo esta lei criaram-se dois organismos de controlo: Tutoria da infância e a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças.

Em 1919, como já explicado no Capítulo III, foi criada a Organização Internacional do Trabalho que se debruçou sobre o trabalho infantil criando cerca de 189 convenções até aos dias de hoje e fazendo recomendações específicas a cada país.

Em 1924 deu-se em Genebra apresentação da Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Este documento, criado pelas Nações Unidas após a I Guerra Mundial, salienta a questão de necessidade de assegurar às crianças e adolescentes as condições necessárias para um desenvolvimento físico, cognitivo e emocional harmonioso, protegendo-as de qualquer forma de maus-tratos ou exploração e promovendo o direito à educação.

- 1926 – 1949: Ditadura Militar e Estado Novo

É importante contextualizar que a partir de 1926, o desenvolvimento das políticas sociais em Portugal foi condicionado pela ideologia política de natureza corporativa e autoritária designada de Estado Novo (Silva, 2013 pp.33).

Em 1934, já durante o período de Estado Novo governado por António de Oliveira Salazar pertencente à organização política da época União Nacional, foi promovida pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência uma lei, geral, que visava a fiscalização do horário de trabalho segundo os termos dos contratos vigentes. De certa forma pode-se interpretar que esta lei reguladora do horário de trabalho tinha influência na atividade infantil em fábricas e comércio considerando que grande parte das atividades desenvolvidas por menores de 10 não estavam reguladas por contrato de trabalho e implicaria sanções para o empregador caso tivesse crianças a trabalhar aquando das fiscalizações.

Em 1947, mediamente após a II Guerra Mundial é criada pelas Nações Unidas a UNICEF ou, em português, Fundo das Nações Unidas para a Infância, que tal como já explicado no capítulo III, foi criado na altura para ajudar crianças vítimas da Guerra de todo o mundo, tal como o presidente da UNICEF na altura declarou «não há crianças inimigas», o que considerando o contexto do holocausto, discriminação racial, religiosa e política também das crianças, considera-se, uma declaração importante.

- 1950-1976: Pós II Guerra Mundial e Estado Novo

Em 1962, Portugal ratifica a Convenção n.º 81 da OIT que datava do ano 1947 e visava a inspeção do trabalho na indústria e no comércio que tinha o objetivo de assegurar as condições de segurança e higiene dos trabalhadores destes setores de atividade.

Também no ano de 1962, em Portugal, surge a Organização Tutelar de Menores (OTM), esta política atribui ao Ministério Público a responsabilidade de representar as crianças e jovens assegurando o seu superior interesse. Do documento legislativo que originou a OTM, disponibilizado na plataforma do Ministério da Justiça afirma o seu poder de atuação nas mesmas condições que a Lei de Proteção à infância criada em 1911.

Em 1973 dá-se a Convenção n.º 138 da OIT, agora sobre a idade mínima esta convenção determina na alínea 3 do artigo 2º que «*A idade mínima fixada em cumprimento do disposto no parágrafo 1 do presente artigo, não deverá ser inferior à idade em que cessa a obrigação escolar, ou em todo caso, a quinze anos*» e que nos casos de trabalhos pesados ou que possam colocar a segurança e integridade física da criança ou jovem em risco não podem ser admitidos menores de 18 anos, no caso dos trabalhos leves a OIT deixa espaço para a legislação nacional de cada país definir a idade no entanto não deveram ser admitidas crianças com idade inferior a 13 anos.

- 1975 – 2000: 3ª República

A 10 de Outubro de 1976, o país era governado Socialista Dr. Mário Soares, é publicado no Diário da República n.º 86 um Decreto de Lei que regulava os Direitos e Deveres económicos, sociais e culturais, em que no artigo 73º diz claramente que todos os cidadãos têm direito à educação e cultura, assim o Estado estava obrigado a democratizar o sistema educativo e as suas condições para que a escola possa ter um papel ativo no desenvolvimento da personalidade das crianças e, por consequência, no progresso social.

Já em 1981 Portugal, liderado pelo Dr. Francisco Pinto Balsemão, líder do partido Democrata, ratifica a Convenção n.º 129 da OIT, criada em Genebra em 1969, e publica esta mesma ratificação no n.º 162 do Diário da República. Esta convenção visava a regulação e inspeção do trabalho no setor agrícola no que respeitava á duração do trabalho, salário, direito a férias e até mesmo sobre a utilização de mão-de-obra infantil.

Em 1983, o país era novamente governado Socialista Dr. Mário Soares, é criado em Portugal o Instituto de Apoio à Criança (IAC) cujo principal objetivo, tal como refere o

site, era promover o desenvolvimento integral da criança promovendo e defendendo os seus direitos, tendo como foco prioritário crianças em risco ou vítimas de abandono, maus-tratos, exploração e maus-tratos.

Em 1986, aquando do mandato do Democrata Dr. Aníbal Cavaco Silva, é criada a Lei de Bases do Sistema Educativo, esta lei foi publicada no nº237 do Diário da Republica adequando o sistema educativo às necessidades da população, regulando todos os graus de ensino. Posteriormente em 1997 e 2005 sofreu alterações relativas ao acesso à educação superior e em 2009 é aumentado o nível de escolaridade obrigatória para o 12º ano.

A 20 de Novembro de 1989 a Assembleia Geral das Nações Unidas e a UNICEF promovem a Convenção sobre os Direitos das Crianças de onde surge um documento que define criança e esclarece os seus direitos e deveres, Portugal ratifica esta convenção um ano depois a 21 de Setembro de 1990. Nesta Convenção contextualiza-se o tema do trabalho infantil com o artigo 32º que defende, passo a citar:

«1. Os Estados Partes reconhecem á criança o direito de ser protegida contra a exploração económica ou sujeição a trabalhos perigosos capazes de comprometer a sua educação, prejudicar a sua saúde ou o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e ou social.

2. Os Estados Parte tomam medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas para assegurar a aplicação deste artigo. Para esse efeito, e tendo em conta as disposições relevantes de outros instrumentos jurídicos internacionais, os Estados Partes devem, nomeadamente:

- a) Fixar uma idade mínima ou idades mínimas para a admissão a um emprego;*
- b) Adotar regulamentos próprios relativos á duração e às condições de trabalho;*
- c) Prever penas ou outras sanções adequadas para assegurar uma efetiva aplicação deste artigo.»*

Anterior à Convenção dos Direitos da Criança de 1989, que vigora até aos dias de hoje, foi realizada pelas Nações Unidas em tentativa semelhante designada de Declaração dos Direitos da Criança em 1959, esta tentava refletir já a importância atribuída pelas políticas sociais às crianças e a necessidade de as proteger (Piedade, 2001).

Em 1992 a OIT lança um programa internacional para a eliminação da exploração do trabalho infantil, que é adotado por Portugal mais tarde.

No ano de 1994 acontecem em Portugal duas situações: a primeira é que Portugal ratifica a diretiva da comunidade europeia sobre a proteção dos jovens no trabalho, designada de Diretiva 2007/30/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de Junho de 2007, que visava questões como o horário de trabalho em jovens menores de 18 anos e estabelece a idade mínima nos 15 anos e com a escolaridade obrigatória. Posteriormente também há mudanças na sociedade civil e surge a Confederação Nacional de Ação sobre o Trabalho Infantil sediada em Braga, aprovada em Diário da República nº 236 a 20 de Novembro desse ano, que tinha em vista combater todos os fatores económicos, sociais e culturais que contribuíssem para continuidade do trabalho infantil através de ações de sensibilização, esta assume um papel importante quando surge na década de 80, antes de ser oficializada, no que respeita à denúncia de casos de exploração infantil no Norte do país.

Em 1998 surge em Portugal o Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI), que é uma adaptação do programa IPEC lançado pela OIT 6 anos antes, o PETI foi implementado no mandato de Dr. António Guterres pelo partido Socialista. O PETI surge com o objetivo de atuar sobre o trabalho infantil e estudar os contornos do fenómeno, durante 10 anos o PETI faz um trabalho de proximidade com as populações, através de equipas multidisciplinares, no âmbito de detetar casos, consciencializar populações, o PETI foi caracterizado pela sua atuação social e vertente ativista que pretendia a mudança de paradigma das pessoas e da sociedade como refere Domingos Fernandes no relatório de avaliação desse mesmo programa.

O Programa PETI é a medida mais visível de erradicação do trabalho infantil em Portugal, sendo por isso o documento que será mais detalhadamente estudado na

segunda parte deste trabalho. No entanto, em termos gerais sobre a realidade em Portugal o programa destaca algumas ideias principais.

Em 2008, ano em que o PETI terminou, era claro que os contornos da realidade do trabalho infantil que em 1998 tinha chamado à atenção da imprensa internacional eram diferentes. Os novos contornos prendem-se com as questões do trabalho de jovens no mundo dos espetáculos, moda e desporto. Outro alerta lançado na altura pela rádio TSF era de que o trabalho infantil se tinha tornado num «*submundo que não chega a inspeção e estamos a falar de prostituição infantil, exploração sexual para fins económicos de outrem, correios de droga, mendicidade, e o caso da pequena ou média criminalidade juvenil para obter vantagens económicas*» (Macedo, 2011 pp.80).

Importa, contudo, sublinhar que a batalha de resgate das crianças ao mundo do trabalho precoce e a sua prevenção se tem vindo a travar em domínios – chave, que interligam políticas ativas de promoção do crescimento económico, medidas de apoio à criação e reforço da qualidade do emprego e de dignificação das condições e formas de trabalho, com a adoção e desenvolvimento de políticas estruturantes de combate à pobreza, confluindo no alcance de progressos sustentados na redução muito significativa deste problema (PETI, 2008, pp.9).

Assim as respostas legais que se encontram em vigor em Portugal destacam a importância das condições de segurança e saúde relativamente à criança, garantindo a sua proteção. O problema do Trabalho Infantil é que adota contornos, em Portugal, que se associam a exploração infantil e que levam a enfatizar o lugar que a criança tem na sociedade e que até aos 18 anos, perante a lei, deverá dedicar o seu tempo à escola e à sua educação. O Programa destaca, mais uma vez, a relação que a problemática tem com os níveis de pobreza e a organização social dos países. (PETI, 2008)

Ainda em 1998 a OIT adota a Declaração relativa aos princípios e direitos fundamentais no Trabalho, que visava a erradicação do trabalho infantil, a liberdade de associação, o fim do trabalho forçado e a abolição da discriminação como os seus quatro pilares fundamentais.

Em 1999 existiram mais dois marcos no que respeita à atuação sobre o trabalho infantil. Por um lado na Europa a OIT publicava a Convenção n.º 138 que visava a caracterização e eliminação das Piores Formas de trabalho infantil em que se inclui: a escravidão, o tráfico, a pornografia infantil, prostituição, o uso de crianças como pagamento de dívidas, a utilização de crianças em conflitos armados e a utilização das mesmas como correios de droga.

Por outro lado em Portugal era publicada a Lei 147/99, atual lei 142/2015, que determina as condições que levam uma criança a estar em risco ou perigo, e que nestas situações obriga à intervenção do Estado para proteção da mesma. A lei define então que *«uma criança está em perigo quando está abandonada ou vive entregue a si própria; sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe cuidados ou afeição adequados à sua idade e situação pessoal; quando não há sentimentos, importância de vinculação; é obrigada a atividades ou trabalho excessivos ou inadequados à sua idades, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento»*.

Em 2000 a Europa lança a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia que define os Direitos fundamentais dos cidadãos europeus e, no seu artigo 32º consta as orientações para o Trabalho Infantil, e este artigo, denominado de *Proibição do Trabalho Infantil e Proteção dos Jovens no Trabalho* diz: *«É proibido o trabalho infantil. A idade mínima de admissão ao trabalho não pode ser inferior à idade em que cessa a escolaridade obrigatória, sem prejuízo de disposições mais favoráveis aos jovens e salvo derrogações bem delimitadas. Os jovens admitidos ao trabalho devem beneficiar de condições de trabalho adaptadas à sua idade e de uma proteção contra a exploração económica e contra todas as atividades suscetíveis de prejudicar a sua segurança, saúde ou desenvolvimento físico, mental, moral ou social, ou ainda de pôr em causa a sua educação»*.

Criadas em 2000 referindo a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, especificando assim que na realidade portuguesa, uma criança ou jovem encontra-se em risco quando existe a forte possibilidade de ocorrência de maus-tratos (in CNPCJR).

Ainda seguindo a mesma fonte, quando uma criança já vive uma situação real de maus-tratos ou negligência está em perigo e a sua manutenção ou agudização deverão ser evitadas. É ainda importante referir que é a diferenciação destes conceitos que determinam os vários níveis de responsabilidade e legitimidade na intervenção, atuação que será descrita mais a frente (in CNPCJR).

No ano 2001 foi criado o Programa ESCOLHAS em Portugal que foi promovido pela presidência do conselho de ministros e alocado ao Alto Comissariado para as Migrações, e visava a coesão e inclusão social e a igualdade de oportunidades das crianças em condições socioeconómicas vulneráveis.

No ano de 2003 a Lei n.º 31/2003 de 22 de Agosto trouxe alterações à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Neste ano Portugal ratifica a 16 de Maio o protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos das Crianças que protege os menores de situações de tráfico, prostituição e pornografia e ao qual, mais tarde nesse ano, acrescenta as situações de utilização das crianças como soldados de primeira linha em conflitos armados (Candeias et al, 2012).

No ano de 2008, ainda sobre alçada do partido socialista agora na mão do Eng. José Sócrates, o PETI termina através de uma publicação que celebra os seus 10 anos de existência e faz uma viagem pelo percurso feito, as medidas, os estudos e as posições dos diversos atores envolvidos. Um ano depois sai um Decreto/lei 229-2009 que passa as atribuições do PETI para responsabilidade da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT).

Em 2009 Portugal realizou três medidas em áreas distintas de atuação, nomeadamente na área da educação, do trabalho e da proteção de crianças e jovens, todas elas com implicações diretas na regulação do trabalho infantil em Portugal. Na área da educação

foi alargada a escolaridade obrigatória ao 12º ano. Na área do trabalho foi feita uma revisão ao código do trabalho artigos 66º e 83º em que se salvaguarda a questão de adequar o trabalho à idade do menor, bem como garantir as condições para o seu correto desenvolvimento integral e caso as normas descritas no artigo 66º não forem cumpridas aplicar-se-ão sanções à entidade empregadora, respetivamente.

Nesse mesmo ano a Assembleia da Republica publica em Diário da República a lei nº109/2009 que se destina à regulação da participação de menores em atividades de natureza cultural, artística ou publicitária, esta lei tem o objetivo de estabelecer a idade mínima de 16 anos para a realização destas atividades, a criação do estatuto trabalhador-estudante, desde que a participação do menor nestas atividades não coloque em risco a sua segurança e desenvolvimento nem prejudique o seu percurso escolar, estabelecendo para isso horários de trabalho consoante a idade da criança ou jovem e a duração no tempo do trabalho.

Já no passado ano de 2015, em Setembro, faz-se alterações à Lei de Promoção e Proteção de Crianças em Perigo 147/99 dando origem à Lei n.º 142/2015, estas alterações assentam principalmente a situações de acesso a dados, a nova lei exige maior confidencialidade no tratamento dos dados inseridos nos processos principalmente se os mesmos contiveram informações clínicas, a autorização de utilização dos dados pelos profissionais deve ser feita por escrito, o acesso aos dados e o tratamento dos mesmos por outros deve ser sempre acompanhada de uma declaração de consentimento.

3. A visão dos atores

Através de entrevistas realizadas, foi possível retirar informações sobre a perceção e evolução do fenómeno do Trabalho Infantil em Portugal e da evolução das medidas políticas tomadas, assim iremos apresentar as visões de informadores privilegiados, a diretora do PETI, Dra. Joaquina Cadete, a diretora da CNASTI, Dra. Fátima Pinto e 4 visões da população, como referido no capítulo da metodologia:

Para Dra. Joaquina Cadete o trabalho infantil entrou na agenda política, como um problema social, aquando o corte nas exportações de produtos industriais por consequência de um artigo publicado na comunicação social que falava de 20.000 crianças vítimas de trabalho infantil em Portugal, estes números para além de irreais face ao número de crianças existente na época levou ao corte das importações exportações provocando uma quebra na economia que agravou com a aplicações de sanções internacionais. A Dra. Fátima Pinto, do CNASTI, partilha da mesma perspetiva da Dra. Joaquina Cadete, o Trabalho Infantil entrou na agenda política quando os movimentos católicos começaram a fazer a denúncia da existência de Trabalho Infantil e chamaram à atenção para as organizações internacionais da existência da problemática em Portugal e nesse seguimento foram aplicadas sanções e criado um Plano estratégico de intervenção. A diretora do PETI esclarece ainda que a haver pressão externa terá sido antes do Programa ser implementado justificando que antes do PETI haviam sanções e coimas aplicadas a Portugal por casos de Trabalho Infantil.

Estes casos de trabalho domiciliário são descritos pela Dra. Joaquina Cadete como sendo uma das áreas de mais difícil regulação. Esta reflete sobre a existência de duas áreas do trabalho infantil, ainda hoje, difíceis de regular, nomeadamente: o trabalho domiciliário, como já referido, ou seja o trabalho que os pais levam para casa e todos ajudam a fazer, dando o exemplo da questão de partir pedra para fazer a «calçada portuguesa» ou «coser sapatos»; e a participação em espetáculos, moda, cultura e desporto, que apesar de legislada ainda é difícil regular.

Para a Dra. Fátima existem dois fatores essenciais para a existência de Trabalho Infantil em Portugal que levam à sua persistência e evolução: o abandono escolar, se existir uma grande taxa de abandono escolar irá perdurar casos de trabalho infantil; a pobreza familiar e infantil, enquanto perdurarem os ciclos de pobreza o trabalho infantil irá continuar a existir adquirindo novas formas que vão ao encontro da satisfação das necessidades das famílias.

Sobre o percurso da legislação de regulação e erradicação do trabalho infantil a diretora da CNASTI diz que o mais importante para a eficácia das medidas foi a junção das organizações da sociedade civil, com as organizações sindicais e o Estado, isto permitiu realizar um combate importante que não teve adversários, para a Dra. Fátima

«foi a união neste combate que deu resultados». Para a antiga professora o PETI foi a medida de destaque em Portugal pela sua atuação no terreno, pela vertente de alerta e consciencialização das populações e pelos resultados que apresentou. Um dos pontos positivos do PETI foi o facto de dar visibilidade à questão ainda que no cumprimento da lei vigente. Ressalva ainda como ponto positivo do Programa deve-se ao facto de se efetivar através de equipas multidisciplinares no terreno conseguiu abranger soluções para múltiplos problemas.

Relativamente às políticas implementadas em Portugal a Dra. Joaquina diz que «*A lei existe. Era boa. É boa!*» sente-se ainda a dificuldade de fiscalizar e atuar sobre as áreas mais difíceis. A questão das mentalidades das populações abordada pelo professor considera que «*demora gerações para a educação de facto solidificar a criar raízes as pessoas perceberem a importância*» esta afirmação adequa-se a crianças e famílias e consequentemente aos atores políticos que têm o poder da tomada de decisão, que tendem a aplicar as medidas quando os problemas são socialmente considerados graves e passíveis de solução. A Dra. Fátima Pinto apoia esta visão e acrescenta que a evolução da legislação educativa, através do aumento da idade mínima, teve um grande impacto na regulação do trabalho infantil no entanto, concorda igualmente com a Dra. Joaquina dizendo que ainda existem áreas que carecem de fiscalização como o trabalho domiciliário, em confeções e no meio artístico, moda e publicidade.

A visão destes autores termina citando a Dra. Fátima que salienta a necessidade de continuar a garantir o respeito pelos direitos das crianças. Deixando a nota de que «*Não ficou tudo feito! O trabalho infantil é uma realidade que não é estanque, é dinâmico e se as pessoas voltarem a sentir necessidade voltará a existir!*», sobre este alerta salienta ainda que a CNAsti continuará atenta a todas as situações de Trabalho Infantil registadas e todas as situações de violação dos direitos da criança.

Sobre estas temáticas as histórias de vida da população baseiam-se em vários testemunhos sobre os quais podemos refletir sobre algumas coisas importantes a retirar nomeadamente relativamente às políticas implementadas nas áreas do trabalho e da educação através do aumento da idade mínima para trabalhar e da escolaridade obrigatória por exemplo quando dizem «*Eu comecei a trabalhar com 13*

anos, o meu filho com 14 anos e os meus netos ainda estudam, uma até está a estudar na faculdade» (L, feminino, 68 anos).

Outra história diz *«Eu comecei a trabalhar com 9 anos, saía da escola e ia para casa de uma senhora supostamente como aprendiz de costura, mas eu limpava e arrumava a loiça, limpava o penico que na altura as pessoas tinham o penico no quarto. Um dia a minha mãe pediu para coser um botão e eu disse que não sabia fazer isso ela perguntou o porquê e eu disse-lhe o que fazia na casa da senhora e ela foi perguntar à senhora se queria uma criada ou uma aprendiz, com 13 anos entrei na fábrica e fiquei lá até à reforma... Os meus filhos, o mais velho começou novo com 14 anos, o do meio também com 14 ou 15 e o mais novo começou a trabalhar na fábrica com 15 anos, mas depois foi estudar para a faculdade à noite.» (MJ, feminino, 78 anos).*

O último testemunho é curto diz apenas que *«não tinha jeito para a escolha então comecei a trabalhar com 11 anos» (M, masculino, 70 anos).*

Estes testemunhos ajudam-nos a perceber três coisas essenciais: A primeira é que com o passar das gerações a idade de entrada no mercado de trabalho de facto aumenta; A segunda questão é a importância que se dá à educação também tem outro peso para a população; A segunda é que em algum momento as pessoas entrevistadas falam sobre as políticas que foram implementadas o que poderá querer dizer que não têm perceção do que foi feito, só que a vida mudou.

4. Triangulação da informação

Pela linha cronológica supra apresentada é possível saber que existiram 20 medidas adotadas em Portugal com vista à regulação e eliminação do Trabalho Infantil entre 1880 e 2016, com base na divisão temporária feita na descrição das medidas apresenta-se o seguinte gráfico, de modo a tornar a análise mais visível:

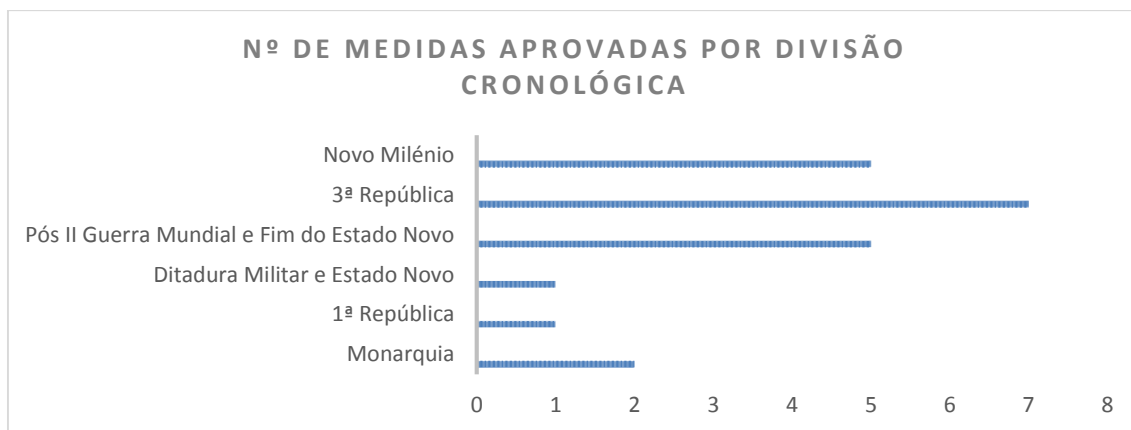


Gráfico 1 - O n.º de medidas tomadas com vista à regulação do Trabalho Infantil em Portugal entre 1880 e 2016

Através do Gráfico é permitido concluir que o maior número de implementação de políticas (7) deu-se no período designado de 3ª República que, para efeitos do presente trabalho decorreu entre 1975 e 2000, importa salientar que foi no decorrer deste intervalo de tempo que Portugal entrou para a União Europeia, ratificou convenções externas e assumiu compromissos políticos que poderão ter tido influência na tomada de algumas decisões, tal como refere a Dra. Joaquina Cadete em entrevista *«acredito que até ao PETI Portugal possa ter sofrido de pressão internacional»* para a criação e implementação de medidas sobre normas para a regulação do trabalho infantil.

Ao longo do presente estudo falou-se, por diversas vezes, da importância da orientação política na tomada de decisão e implementação de políticas, para isto apresenta-se os seguintes resultados: Considerando o início do período em estudo na época da monarquia constitucional, o que se pensa ser o primeiro passo data de 1891, uma altura socialmente controversa para Portugal dados as tentativas de revolução que se tentavam contra o rei, esta medida não tornava o trabalho infantil ilegal mas definia idades mínimas consoante os tipos de trabalho no sector industrial. Pode-se ainda saber que na época do Estado Novo, sobre orientação ditatorial foram adotadas medidas predominantemente na área do Trabalho, no entanto a partir do momento da implementação da República revelam-se percentagens iguais mesmo quando existiam eleições e mudavam as orientações do partido no poder, o que revela a importância que ambos deram às questões de natureza social e ao problema do Trabalho Infantil em específico, tal como mostra o gráfico.

Esta mudança de paradigma político entre o Estado Novo e a implementação da República poderá apenas evidenciar aquando da abertura e inserção de Portugal na União Europeia existiu também uma maior disponibilidade política para atuar sobre a realidade tornando-a o mais semelhante possível à atuação e mentalidade política, económica e social europeia. Permitindo igualmente o estudo académico e científico da realidade social sem restrições por parte do Estado, que utilizou essa mesma investigação académica para adequar políticas à realidade portuguesa, percebendo as suas necessidades e lacunas e levando Portugal aos níveis de desenvolvimento económico, político, educativo e social que se viviam em outros países pertencentes à União Europeia. Esta mudança levou igualmente a uma mudança de mentalidade da sociedade face a situações que passaram a ser definidas como «problema social».

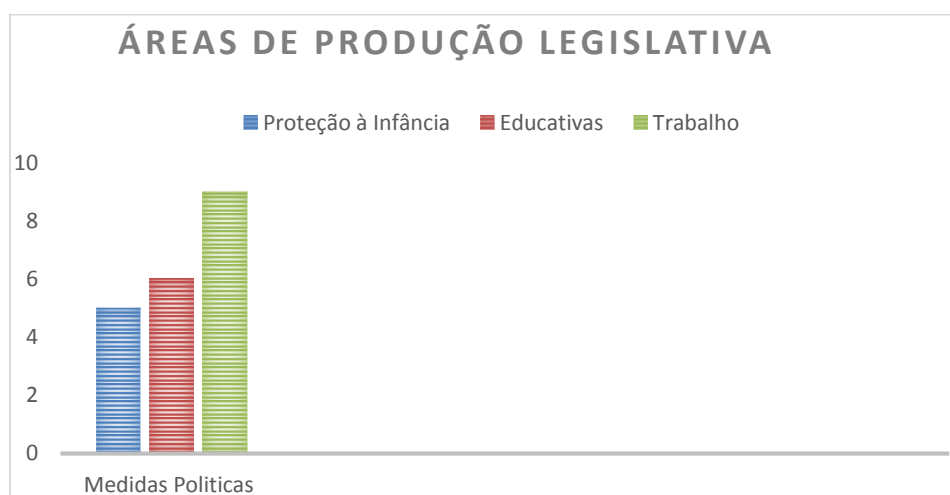


Gráfico 2 - As áreas da política em que se inserem as medidas aplicadas

Para a análise deste gráfico considera-se o total das políticas de 20, retirando da equação o PETI por uma questão de multidisciplinariedade do mesmo, bem como o programa ESCOLHAS e a CNAsti. Apesar do Trabalho Infantil, como defendido na parte teórica, ser um fenómeno que abrange várias áreas de atuação, nota-se que as medidas inserem-se predominantemente na área da política do trabalho (9), isto poderá evidenciar uma evolução nos sectores de produção económica e serviços, o que implica uma maior qualificação dos trabalhadores, assim o grau de escolaridade obrigatória foi aumentando e diversificando permitindo duas coisas: retirar as crianças do mercado de trabalho e coloca-las no sistema de ensino e qualifica-las para o desempenho de tarefas mais exigentes dando resposta às necessidades dos empregadores e das políticas de erradicação do trabalho infantil.

Sobre as medidas de ensino e de infância podemos concluir o destaque da criança na sociedade na política como sujeito de direitos e deveres e cujo Estado e a família deve garantir todas as condições necessárias para o seu correto desenvolvimento físico, cognitivo e emocional, assim ao longo do tempo foram surgindo medidas e programas que promovem o crescimento saudável da criança.

Para terminar, de modo a tornar a informação qualitativa de análise legislativa o mais clara possível, as várias analisadas foram colocadas em gráfico. Agora em tabela juntam-se todas as várias (tempo, orientação política e área da infância) para sintetizar de forma e tornar visível a relação entre as variáveis apresenta-se a seguinte tabela:

	Monarquia 1880-1909	1ª República 1910 - 1925	Ditadura Militar 1926-1949	Fim Estado Novo 1950-1974	3ª República 1975 - 2000	Novo Milénio 2001 - 2016
I	-	1	-	1	2	2
E	-	-	-	3	2	1
T	2	-	1	1	3	2

Legenda:

I – Políticas para a Infância
E – Políticas para o Educação
T – Políticas para o trabalho

Tabela 3 - A relação entre a cronologia e as áreas das políticas das medidas tomadas para o combate do trabalho infantil em Portugal entre 1880 e 2016

Em Portugal, os estudos revelam que as leis relativas ao trabalho que contemplassem alíneas direcionadas ao trabalho infantil foram menos eficazes do que as leis educativas e a progressiva entrada das tecnologias no mercado português, e a determinação da escolaridade obrigatória e por consequente da idade mínima para trabalhar (Goulart et al, 2014).

Conclusão

A conceção de trabalho infantil ao longo do presente estudo salientou a característica deste como um problema complexo que implica atuação de várias áreas da política, aquando da análise legislativa percebeu-se a necessidade de intervenção das áreas das políticas públicas relacionadas com o trabalho, com a educação e com a proteção das crianças e jovens.

O alargamento da escolaridade obrigatória para o 12º ano ou para os 18 anos de idade considera-se ter sido uma medida bem conseguida, e teve como principais objetivos combater as situações de pobreza extrema e contribuir para integração social das crianças, para este efeito deve ter-se em conta o rendimento social de inserção, pois desta forma as crianças não necessitavam de ir trabalhar para ajudarem na economia dos pais e assim poderiam estudar.

Importa, contudo, sublinhar que a batalha de resgate das crianças ao mundo do trabalho precoce e a sua prevenção se tem vindo a travar em domínios – chave, que interligam políticas ativas de promoção do crescimento económico, medidas de apoio à criação e reforço da qualidade do emprego e de dignificação das condições e formas de trabalho, com a adoção e desenvolvimento de políticas estruturantes de combate à pobreza, confluindo no alcance de progressos sustentados na redução muito significativa deste problema (PETI, 2008:9).

Em 2008 celebrou-se 10 anos do Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em Portugal (PETI). Este programa representa um observatório social que tem como função despertar consciências, ser inovador e deixar um rasto de políticas públicas normativas e eficientes, principalmente pelo seu reconhecimento global.

Em jeito de balanço, face ao proposto inicialmente, podemos considerar que os objetivos foram cumpridos, a pergunta de partida definida inicialmente está respondida quando se apresenta a linha cronológica das medidas aplicadas no intervalo de tempo definido e, posteriormente, quando se faz a contextualização e descrição das mesmas, salientado o seu objetivo.

Em termos práticos, apesar de não estar previsto inicialmente a conversão dos dados qualitativos em dados quantitativos, estes foram fabricados com o intuito de permitir uma análise clara e concisa das medidas descritas. Esta permitiu tornar visível a relação entre os períodos de tempos, os momentos políticos e as áreas das políticas públicas em que se inseriram as medidas.

Assim considera-se que, tal como refere a Dra. Joaquina Cadete, ou o Professor Pedro Goulart em vários dos seus artigos, as medidas estão feitas e cobrem todas as áreas da realidade do trabalho infantil em Portugal, sendo que existem áreas de difícil fiscalização, o que pode significar que a realidade do trabalho infantil como era caracterizada à 20 ou 40 anos atrás já não existe, mas não quer dizer que o problema esteja extinto. No entanto é de salientar o trabalho do PETI na regulação desta problemática, este foi o marco político a destacar nas medidas implementadas em Portugal e também no estudo do fenómeno, nas suas características e facetas na sociedade portuguesa. Tal como a Dra. Joaquina diz «*O trabalho está feito, está aqui se precisarem de alguma coisa é só virem ver e replicarem!*»

Termina-se refletindo sobre uma afirmação da OIT (2009): «*Todos os dias, por todo o mundo, nascem crianças. Elas comem, dormem, brincam e aprendem. Por vezes, trabalham. Com o tempo, crescem e tornam-se adultos. O seu desenvolvimento e o contributo que podem dar à sociedade dependem muito do tipo de infância que puderam viver, da educação que receberam e das competências que adquiriram.*»

Bibliografia

Amaro, F. (1986). *Crianças maltratadas, negligenciadas ou praticando a mendicância*. ed. 1. Lisboa: CEJ.

Aries, P. (1973). *A História Social da Criança e da Família*. Paris: Editions du Seuil, França. Ed. 3 de 1975.

Aspalter, C. (2006). *The East Asian Welfare Regime: A Political-Cultural Perspective*. International Journal of Social Welfare (SSCI), Vol. 15, pp. 290-301.

Barata, Ó. S. (coord) (2010). *Política Social e Sociologia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa.

Barreto, A. (2002). *Tempo da Incerteza*. Lisboa: Relógios D'Água

Caeiro, J.C. (2015). *Estado Social, Políticas Públicas e Política Social*. Universidade de Lisboa.

Candeias, M. & Henriques, T. (2012) *1911/2011: Um século de Protecção de Crianças e Jovens*. III Seminário de I&DT. Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

Camilo, V. (2005). *A base e Superestrutura: na teoria cultural marxista*. Revista USP. São Paulo. Nº 65. pp.210-224.

Carmo, H. (2001). *Os problemas sociais contemporâneos*. Universidade Aberta.

Carmo, H. & Ferreira M.M. (2008). *Metodologia da Investigação: Guia de Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carmo, H. (2011). *Teoria da Política Social: Um olhar da Ciência Política*. Coleção de Manuais Pedagógicos. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Chagas Lopes, M. & Goulart P. (2005). *Educação e trabalho infantil em Portugal*. MTSS/SIETI.

Corrêa, L. (2013). O desafio da erradicação do trabalho infantil e o papel da magistratura do trabalho. Ver. TST. Brasília. Vol. 19 n.º1

Cunha, L.L. (2013). *Os clássicos da «literatura» sociológica infantil: as crianças e a infância de acordo com Marx, Weber, Durkheim e Mauss*. PLURAL. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP, São Paulo, v.20.1. pp.83-98.

Dourado, M. (2007). *Trabalho Infantil: Violação de Direitos Humanos*. Faculdade Jorge Amado. Salvador da Bahia. Brasil.

Eaton, M. & Goulart, P. (2009). Portuguese Child Labour: An Enduring Tale of Exploitation. *European Urban and Regional Studies*, 16(4) , pp. 439/444.

Giddens, A. (2008). *Sociologia*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Goulart, P. (2011). *Essays on Schooling and Child Labour in Portugal*, Shaker.

Goulart P. & Bedi A. (2005). Child labour and educational success in Portugal. ISS – Instituto de Estudos Sociais, working paper nº 412.

Goulart P. & Bedi A. (2007). *A history of child labour in Portugal*. ISS – Instituto de Estudos Sociais, working paper nº 448.

Goulart P. (2011). *Essays on Schooling and Child Labour in Portugal*. Tese de Doutorado. Universidade de Roterdão

Goulart, P. & Bedi A. (2017). *The evolution of child labour in Portugal, 1850-2001*. *Social Science History* 41 (2), 227-254.

Goulart, P. (Sem data, PV). *Child Labour, agency and Africa's colonial system: the case of Portuguese colonies, 1870-1975*. Paper presented at the African Economic History Workshop, 2015UL.

Goulart, R. Soares, I. Cabral, A. (2010). *Trabalho Infantil: Estudo Comparado Brasil e Reino Unido*. Universidade de Curitiba. Brasil

Kassouf, A.L. (2005). *Trabalho Infantil: causas e consequências*. ESALQ. Universidade de São Paulo. Brasil.

Kolk, A. & Tulder, R. (2002). *The Effectiveness of Self-Regulation: Corporate Codes of Conduct and Child Labor*. European Management Journal Vol. 20, No. 3, pp. 260–271.

Kolk, A. & Tulder, R. (1999). *International Codes of Conduct and Corporate Social Responsibility: Can Transnational Corporations regulate themselves?* Journal of Business Vol. 8, No. 1, pp. 143–178.

Macedo, J. (2011). Trabalho Infantil: Representações Sociais nos *media*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Machado, D.C. (2004). *O trabalho infantil: problema social e político*. Apresentado no Círculo de Discussão Temática – Infância, no IV Encontro Internacional no Fórum Paulo Freire, Porto

Martins, P. C. M. (2004). *Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco: representações sociais modos e espaços*. Minho: Instituto dos Estudos da Criança. Universidade do Minho.

Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social. (2016). Estudo qualitativo sobre o fenómeno do trabalho infantil e o seu impacto em Moçambique. Maputo

Monteiro, P. & Pereira, I. (2003). *Trabalho Infantil em Portugal 2001*. Lisboa: IEF – GCM/NAP.

Nações Unidas. (2014). *transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development*.

OIT. (2010). *Acelerar a acção contra o trabalho infantil – Relatório Global no quadro do seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho*. Conferência Internacional do Trabalho, 99ª Sessão Genebra.

OIT. (2009). *Respostas Políticas e Legislativas modernas ao Trabalho Infantil*. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil. Génova.

OIT. (2006). *O fim do Trabalho Infantil: Um objectivo ao nosso alcance*. Conferência Internacional do Trabalho, 95ª Sessão. Genebra.

Pereirinha, J.A. & Carolo, D.F. (2006). *Construção do Estado-Providência (1935-1974): notas sobre a evolução da despesa social*. CIESP-ISEG. Universidade Técnica de Lisboa.

Pereirinha, J.A. (2008). *Política Social – Fundamentos e Actuação das Políticas Públicas*. Universidade Aberta, Lisboa.

Postman, N. (1984). *O desaparecimento da infância*. Tradução de Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1999.

Piedade, P. N. C. (2001). *Intervenção Social na Evolução do Sistema de Protecção Social das Crianças e Jovens em Perigo em Portugal*. Faculdade de Direito. Universidade de Coimbra. Coimbra.

PETI. (2008). Programa para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em Portugal – Avaliação passados 10 anos de implementação, 2008, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social em parceria com OIT.

Sarmento, M. J. (2008). *Os Olhares da Sociedade Portuguesa sobre a Criança*. Instituto de Estudos sobre a Criança – Universidade do Minho, Minho.

Sarmento, M.J. (2015). *Uma agenda crítica para os estudos da criança*. Currículo sem Fronteiras, v.15, n.1, p.31-49.

Seixas, P. (2014). Objetivos e desenvolvimento sustentável: A primeira política Pública Global do Antropoceno. Revista Científica Monfrague Resiliente.

Silva, J.F. & Belusso & Adayr. (2009). *Algumas considerações sobre a exploração do trabalho infantil*.

Silva, F. C. (2013). *O Futuro do Estado Social*. Ensaaios da Fundação. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa.

Trevisan, G. (2010). *A redescoberta da infância*. Caderno de Estudos 15. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.

UNICEF. (2012). *Crianças em Mundo Urbano*. Relatório sobre a situação da infância. Nações Unidas. Nova York.

UNICEF. (2016). *Relatório sobre a infância*. Nações Unidas .

UNICEF. (2017). *Relatório sobre a infância*. Nações Unidas.

Documentos Legislativos e Programas

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, Nações Unidas;

Convenção n.º 138 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Definição da Idade Mínima para admissão ao Trabalho, 1973

Convenção Sobre os Direitos da Crianças, 1989, UNICEF;

Programa para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em Portugal – Avaliação passados 10 anos de implementação, 2008, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social em parceria com OIT;

Decreto de 14 de abril de 1891: Regime do trabalho de menores e mulheres nos estabelecimentos industriais e da sua inspeção e vigilância

Decreto de 16 de março de 1893: Regulamento do regime do trabalho de menores e mulheres nos estabelecimentos industriais e dos serviços de inspeção das circunscrições industriais

Decreto-Lei n.º 24.403, de 24 de agosto de 1934: Criação do serviço de Fiscalização do Horário de Trabalho, na estrutura orgânica do INTP

Decreto-Lei n.º 28.354, de 30 de dezembro de 1937: Amplia as competências do serviço de Fiscalização do Horário de Trabalho e cria o Serviço de Fiscalização do Trabalho

Decreto-Lei n.º 37.747, de 30 de janeiro de 1950: Promulga o regulamento da Inspeção do Trabalho

Portaria n.º 17.118, de 11 de abril de 1959: Campanha Nacional de prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais

As Políticas Sociais de combate ao Trabalho Infantil em Portugal 1880-2016

Decreto-Lei n.º 44.148, de 6 de janeiro de 1962: Ratificação da Convenção nº 81 da OIT, de 1947, sobre a inspeção do trabalho na indústria e no comércio

Decreto-Lei n.º 91/81, de 17 de julho de 1981: Ratificação da Convenção n.º 129 da OIT, de 1969, relativa à inspeção do trabalho na agricultura

Decreto-Lei n.º 327/83, de 8 de julho de 1983: Aprova o Estatuto da Inspeção Geral do Trabalho

Diário da República n.º 237/1986, Série I de 1986-10-14

Decreto-Lei n.º 219/93, de 16 de junho de 1993: Criação do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT)

Diretiva da comunidade europeia sobre proteção dos jovens no trabalho

Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco Lei 142/99

Decreto-Lei n.º 102/2000, de 2 de junho de 2000: Define o estatuto da Inspeção-Geral do Trabalho

Decreto-Lei n.º 326/2007, de 28 de setembro de 2007: Criação da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)

Decreto/lei 229-2009 atribuições do PETI passam a ser responsabilidade da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)

Revisão ao Código do Trabalho que regula o trabalho de menores nos entre os artigos 66º a 83º

Diário da República a lei nº109/2009: Regula a participação de menores em atividades de natureza cultural, artística ou publicitária

Webgrafia

Pordata: <https://www.pordata.pt/Home>

Instituto Nacional de Estatística:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt

Comissão Nacional de Crianças e Jovens: <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?13> ; Obtido a 24 de Outubro de 2014.

Maplecroft.com:

<https://www.maplecroft.com/portfolio/new-analysis/2013/10/15/child-labour-risks-increase-china-and-russia-most-progress-shown-south-america-maplecroft-index/>.

Obtido a 23 de Maio de 2016

<https://www.maplecroft.com/portfolio/new-analysis/2017/07/20/child-labour-index-reveals-widespread-failure-governments-wipe-out-practice-despite-international-commitments/>

Obtido a 18 de Setembro de 2018

Confederação Nacional de Ação Sobre o Trabalho Infantil:

<http://www.cnasti.pt/cnasti/>

Obtido a 28 de Janeiro de 2017

Anexos

Anexo I

Tabela das Políticas de combate ao Trabalho Infantil em Portugal

Anexo II

Caracterização do Grupo de Entrevistados

Anexo III

Folha de Consentimento

Anexo IV

Guião das Entrevistas

Anexo V

Transcrição das Entrevistas

Anexo VI

Dados Estatísticos

Anexo VII

Diplomas Legais consultados

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT